Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Alterações significativas	
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	24
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	30
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	31
10.5 - Políticas contábeis críticas	32
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	36
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	37
10.8 - Plano de Negócios	38
10.9 - Outros fatores com influência relevante	39

5. Riscos de mercado

5.1 - Principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

O risco de mercado é definido como a perda potencial decorrente de variações adversas de taxas e preços de mercado. A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercado em decorrência de suas atividades comerciais usuais. Tais riscos, que não estão sob controle da Companhia, envolvem principalmente a possibilidade de que as variações das taxas de juros, taxas de câmbio ou dos preços de commodities prejudiquem o valor dos ativos e passivos financeiros ou dos fluxos de caixa e lucros futuros da Companhia.

A indústria petroquímica brasileira, inclusive os mercados nos quais a Companhia atua, é cíclica e sensível a mudanças de oferta e demanda que, por sua vez, são afetadas pela conjuntura política e econômica no Brasil e no mundo. Tal natureza cíclica pode diminuir a receita líquida de vendas da Companhia e sua margem bruta.

O setor petroquímico mundial também é cíclico. Historicamente, os mercados internacionais de produtos petroquímicos passaram por períodos alternados de oferta limitada, o que acarretou aumento dos preços e margens de lucro, seguidos por expansão na capacidade de produção, resultando em excesso de oferta e diminuição dos preços e margens de lucro. O setor petroquímico brasileiro está se tornando cada vez mais integrado com o setor petroquímico mundial por várias razões, inclusive aumento da demanda e do consumo de produtos petroquímicos no Brasil e a integração contínua de mercados regionais e mundiais de commodities. Os preços dos produtos da Companhia vendidos no Brasil são fixados tomando por referência os preços dos mercados internacionais. A receita líquida de vendas e a margem bruta da Companhia estão cada vez mais vinculadas a condições da indústria global, que a Companhia não pode controlar.

Abaixo, passa-se a descrever os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta:

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros variáveis e está sujeita principalmente às variações da TJLP e da taxa CDI para empréstimos e aplicações de curto prazo em reais. A taxa CDI de curto prazo diminuiu de 10,87% ao ano em 31 de dezembro de 2011 e 10.64% ao ano em 31 de dezembro de 2010 para 6,9% ao ano em 31 de dezembro de 2012. A TJLP diminuiu de 6,00% ao ano em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 para 5,5% em 31 de dezembro de 2012. Caso tais taxas de juros venham a ser majoradas, ou sejam implementadas medidas de política monetária pelo Governo Federal, que resultem no aumento efetivo da taxa de juros, os encargos das dívidas da Companhia poderão aumentar, impactando de forma negativa em sua condição econômico-financeira.

Flutuações das taxas de juros poderiam elevar o custo do serviço de nossa dívida e prejudicar nosso desempenho financeiro como um todo.

Nossas despesas financeiras são afetadas por mudanças das taxas de juros que incidem sobre a dívida com taxas variáveis. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrava, entre outras obrigações, R\$2.536,2 milhões de empréstimos, financiamentos e debêntures remunerados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), R\$1.556,0 milhões de empréstimos, financiamentos e debêntures remunerados pela taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e R\$2.040,2 milhões de empréstimos e financiamentos remunerados pela LIBOR (London Interbank Offered Rate).

A TJLP incorpora um fator de inflação, sendo fixada trimestralmente pelo Banco Central. A TJLP e a taxa CDI apresentaram expressivas oscilações no passado, em função da expansão ou contração da economia brasileira, inflação, políticas do governo brasileiro e outros fatores. Um aumento significativo de qualquer uma dessas taxas de juros poderia afetar negativamente nossas despesas financeiras e nossos resultados financeiros como um todo.

Risco cambial

A taxa de câmbio entre o real e o dólar e as taxas relativas de depreciação e valorização do real afetaram os resultados das operações da Companhia no passado e podem continuar a fazê-lo.

A moeda brasileira sofreu desvalorizações em diversas ocasiões nas últimas quatro décadas. Ao longo desse período, o governo brasileiro introduziu vários planos econômicos e várias políticas cambiais, entre as quais desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a periodicidade de ajustes variou de diária a mensal), controles cambiais, mercado de câmbio duplo e regime de câmbio flutuante. Ocorreram oscilações expressivas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar e outras moedas. Em 2008, principalmente em resultado da volatilidade financeira internacional, investidores estrangeiros retiraram bilhões de reais da BM&FBOVESPA, o que levou à desvalorização de 31,9% do real em relação ao dólar norte-americano. Em 2009 e 2010, o real valorizou-se 25,5% e 4,3% ante o dólar, respectivamente. O real registrou desvalorização de 12,6% e de 9,0% em relação ao dólar norte-americano em 2011 e 2012, respectivamente.

A desvalorização do real em relação ao dólar também poderia resultar em pressões inflacionárias adicionais no Brasil em razão do aumento geral do preço de produtos e serviços importados. Adicionalmente, a desvalorização do real pode enfraquecer a confiança dos investidores no Brasil e reduzir o valor de mercado das ações preferenciais classe A e das ADSs. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar poderá levar à deterioração da conta corrente e do balanço de pagamentos do país, podendo, também, reprimir o crescimento proveniente das exportações.

Os passivos da Companhia expostos a risco cambial são primordialmente denominados em dólares norteamericanos. Para compensar parcialmente o risco de desvalorização do real em relação ao dólar norteamericano, a Companhia mantém disponíveis atualmente fontes líquidas denominadas em dólares dos Estados Unidos e pode celebrar instrumentos derivativos, conforme será descrito nos itens subsequentes. Em razão do fato de a Companhia tomar empréstimos nos mercados internacionais para dar suporte às suas operações e investimentos, é natural sua exposição aos riscos de mercado decorrentes das variações das taxas de câmbio e de juros.

A exposição cambial da Companhia enseja riscos de mercado associados a variações cambiais do real frente ao dólar norteamericano. Essa exposição cambial é representada por dívida sob a forma de notas, linhas de crédito para pagamento antecipado de exportação e empréstimos de capital de giro. O caixa e fundos disponíveis em dólares norteamericanos protegem parcialmente a Companhia contra a exposição decorrente da dívida denominada em dólares dos Estados Unidos.

Uma desvalorização expressiva do real em relação ao dólar ou a outras moedas poderia aumentar as despesas financeiras em função de prejuízos cambiais que seriam incorridas pela Companhia e poderia reduzir sua capacidade de honrar o serviço da dívida em moeda estrangeira, sobretudo porque a Companhia aufere receitas principalmente em reais.

As políticas de controle cambial podem aumentar o custo do serviço de nossa dívida em moeda estrangeira, afetar nossa capacidade de efetuar pagamentos referentes a essa dívida e afetar nossa liquidez.

No Brasil, a compra e a venda de moeda estrangeira estão sujeitas a controle governamental. Muitos fatores poderiam levar o governo brasileiro a instituir políticas mais restritivas de controle cambial, incluindo o volume das reservas cambiais do Brasil, a disponibilidade de câmbio suficiente na data de vencimento de pagamentos no exterior, o volume de encargos de serviço da dívida do Brasil em relação à economia como um todo, a política do Brasil no tocante ao Fundo Monetário Internacional e restrições políticas às quais o Brasil porventura esteja sujeito. Uma política mais restritiva poderia aumentar o custo de serviço, as dívidas da Companhia e outros passivos expressos em moeda estrangeira. Nossa dívida em dólares representava em conjunto 69,1% de nossa dívida consolidada em 31 de dezembro de 2012. Se deixarmos de efetuar pagamentos no âmbito de qualquer uma dessas obrigações, ficará caracterizada a inadimplência, o que poderia reduzir nossa liquidez, bem como o preço de mercado de nossas ações preferenciais classe A e ADSs.

Risco de variações no preço da nafta, sua principal matéria-prima

A nafta, um derivado do petróleo bruto, é a principal matéria-prima utilizada por nossa Unidade de Petroquímicos Básicos e, indiretamente, por nossas outras unidades de negócios. Em 2012, a nafta respondeu, direta e indiretamente, por cerca de 49,3% dos custos consolidados de vendas e serviços

prestados.

Embora realizemos swaps de commodities relativos a transações específicas, atualmente não fazemos hedge de nossa principal exposição a variações dos preços da nafta, nossa principal matéria-prima, que estão atrelados a preços do Mercado internacional expressos em dólares no caso da nafta e outros derivados de petróleo. Não fazemos hedge dessa principal exposição em parte porque uma parcela de nossas vendas são exportações a pagar em moedas estrangeiras e atreladas aos preços internacionais de Mercado dessas commodities expressos em dólares e em parte porque os preços dos produtos de polietileno, polipropileno e PVC vendidos no mercado interno em geral refletem os preços do mercado internacional desses produtos expressos em dólares e convertidos em reais.

Em períodos de alta volatilidade da taxa de câmbio real/dólar dos Estados Unidos, há frequentemente uma defasagem entre o momento em que o dólar dos Estados Unidos se valoriza e o momento em que nós podemos efetivamente repassar os aumentos de preços resultantes em reais a nossos clientes no Brasil. Desta forma, se o preço em dólares da nafta aumentar abruptamente ou se o real se desvalorizar abruptamente em relação ao dólar no futuro, podemos não ser capazes de repassar imediatamente os correspondentes aumentos dos custos da nafta a nossos clientes no Brasil, o que poderia exercer um efeito negativo relevante sobre o resultado de nossas operações e nossa situação financeira.

Adquirimos nafta para ser utilizada por nossa Unidade de Petroquímicos Básicos da Petróleo Brasileiro S.A.— Petrobras (Petrobras) a preços baseados em diversos fatores, que incluem os preços da nafta e de uma série de outros derivados de petróleo praticados pelo mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia, a volatilidade dos preços desses produtos nos mercados internacionais, a taxa de câmbio dólar/real e o nível de parafinidade da nafta entregue.

O preço da nafta comprada de outros fornecedores internacionais também está atrelado ao preço do Mercado Amsterdã-Roterdã- Antuérpia, que oscila principalmente de acordo com variações no preço em dólares do petróleo bruto nos mercados internacionais.

Em 2012, o preço médio da nafta no Mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia em dólares aumentou 0,5%, passando de U\$\$931,12 por tonelada em 2011 para U\$\$936,06 por tonelada em 2012. O preço da nafta em dólares apresentou volatilidade em 2012, devido principalmente à especulação e problemas relacionados à oferta no mercado de petróleo, subindo da média de U\$\$950,6 por tonelada em janeiro de 2012 para uma média de U\$\$1.068,8 por tonelada em março de 2012, caindo posteriormente para U\$\$729,5 por tonelada em junho de 2012, e voltando a subir para U\$\$938,5 por tonelada em dezembro de 2012. A partir de 31 de dezembro de 2012, o preço da nafta em dólares aumentou para uma média de U\$\$991,9 em fevereiro de 2013. O preço da nafta pode manter a trajetória volátil. Além disso, futuras variações no preço do dólar norte-americano podem efetivamente causar um aumento dos custos da nafta em reais.

Risco de eventual rebaixamento na classificação da Companhia ou de seus títulos de dívida

A Standard & Poor's Ratings Services, divisão de The McGraw-Hill Companies, Inc., ou Standard and Poor's, a Moody's Investors Services, ou Moody's, e a Fitch, Inc., ou Fitch, atribuem classificações à Companhia e seus títulos de dívida. Atualmente, a Standard and Poor's, a Moody's e a Fitch atribuem classificações à Companhia em termos locais e globais. Em termos globais, a classificação atribuída em moeda local para a Companhia pela Standard & Poor's é "BBB (stable)" e em moeda estrangeira, "BBB (stable)"; a da Moody's em moeda local foi alterada para "Baa3 (negative)" e em moeda estrangeira, "Baa3 (negative)"; a da Fitch foi alterada em moeda local para "BBB-/Negative Outlook" e em moeda estrangeira, "BBB-/Negative Outlook." Qualquer decisão dessas agências de classificação de rebaixar as classificações da Companhia e seus títulos de dívida no futuro teria como provável resultado o aumento das taxas de juros e outras despesas financeiras relacionadas aos empréstimos e títulos de dívida, e a inclusão de covenants financeiros nos instrumentos que regulem novas dívidas, podendo reduzir expressivamente a capacidade de captação de recursos da Companhia

em condições satisfatórias ou nos valores necessários para assegurar sua liquidez.

Risco de inflação

O Brasil registrou índices de inflação extremamente altos no passado. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa. Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, talvez a Companhia não seja capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a estrutura de custos, o que poderá resultar em aumento de custos e redução da margem operacional líquida. Ademais, inflação alta, em geral, acarreta taxas de juros internas mais elevadas, e em consequência, os custos do serviço da dívida da Companhia em reais poderão aumentar, causando a redução do lucro líquido. A inflação e seu efeito sobre as taxas de juros internas podem, além disso, levar à redução da liquidez nos mercados internos de capitais e crédito, o que poderia prejudicar a capacidade da Companhia de refinanciar sua dívida nesses mercados. A eventual diminuição da receita líquida de vendas ou do lucro líquido da Companhia ou a eventual deterioração de sua situação financeira provavelmente acarretariam a diminuição do preço de mercado de suas ações preferenciais classe A e ADRs.

5.2 - Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

(a) riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos para os quais a Companhia busca proteção são aqueles decorrentes de variações de preços de *commodities*, taxas de câmbio e taxas de juros e o risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras, contas a receber e derivativos.

Para se proteger de tais riscos, a Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com uma Política de Gestão Financeira e de Riscos. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

Os riscos para os quais se busca proteção, bem como os procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito serão descritos mais detalhadamente no item seguinte deste Formulário, mas, basicamente, são: exposição a variações cambiais, variações a taxas de juros e variações nos preços das *commodities*, e risco de crédito.

(b) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia utiliza como estratégia de proteção: a possibilidade de realocar a posição de caixa de forma a equalizar a exposição de balanço em linha com a política financeira estabelecida e instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar alguns riscos de mercado. As atividades de *hedge* são executadas em conformidade com a Política de Gestão Financeira e de Riscos da Companhia. Referida política prevê um programa contínuo de *hedge* de curto prazo para o risco cambial proveniente de suas operações e de itens financeiros. Os demais riscos de mercado são abordados na medida em que são introduzidos por cada operação. De um modo geral, a Companhia inclui o julgamento da necessidade de *hedge* durante a análise de operações prospectivas e procura realizar o *hedge* sob medida para as operações consideradas, além de preservar o hedge pelo prazo integral da operação que estiver sendo coberta.

A Companhia pode eleger derivativos como *hedge* para aplicação de contabilidade de *hedge*, conforme os Pronunciamentos Técnicos CPC´s 38, 39 e 40. A designação de hedge não é obrigatória. Em geral, a Companhia elegerá designar derivativos como *hedge* quando for esperado que a aplicação proporcione uma melhoria relevante na demonstração do efeito compensatório dos derivativos sobre as variações dos itens objeto de *hedge*.

A estratégia adotada pela Companhia para proteção patrimonial passa a ser descrita a seguir, conforme o tipo de risco que se busca proteger:

(i) Risco de exposição a variações cambiais:

A Companhia tem operações comerciais denominadas ou indexadas a moedas estrangeiras. Os insumos e produtos da Companhia têm preços denominados ou fortemente influenciados pelas cotações internacionais de *commodities*, as quais são usualmente denominadas em dólares. Adicionalmente, a Companhia tem utilizado captações de longo prazo em moedas estrangeiras, as quais causam exposição à variação das taxas de câmbio entre o real e a moeda estrangeira. A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio por meio da composição entre dívida em moedas estrangeiras, aplicações em moedas estrangeiras e derivativos. A política da Companhia para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente.

(ii) Risco de exposição a variações de taxas de juros:

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa LIBOR. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI diário.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. Este risco é monitorado constantemente e mitigado através de alocações de Caixa e Derivativos.

(iii) Risco de exposição a variações nos preços das commodities:

A Companhia está exposta à variação de preços de diversas commodities petroquímicas, em especial, a de sua principal matéria-prima, a nafta. A Companhia procura repassar ao consumidor as oscilações de preços das matérias-primas utilizadas, provocadas pela flutuação da cotação internacional. Caso a variação cambial seja muito brusca, contudo, a Companhia não conseguirá repassar imediatamente os custos ao consumidor, o que poderá resultar em uma queda (ainda que momentânea) no lucro líquido da Companhia. Além disso, parte das vendas da Companhia pode ser realizada por meio de contratos de preços fixos ou com banda de flutuação máxima e/ou mínima. Tais contratos podem ser acordos comerciais ou contratos de derivativos associados a vendas futuras.

(iv) Risco de crédito:

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e outras contas a receber, em que a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte, ponderando as concentrações de acordo com o *rating* e os preços observados diariamente no mercado de *Credit Default Swaps* referenciados às instituições, bem como celebrando contratos de compensação (*netting*) que minimizam o risco de crédito total decorrente das diversas operações financeiras celebradas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2012, a Braskem detinha contratos de compensação com Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, Banco Itaú BBA S.A., Banco Safra S.A., Banco Santander S.A. (Brasil), Banco Votorantim S.A., Banco West LB do Brasil S.A., Banco Caixa Geral – Brasil S.A., Banco Bradesco S.A. Aproximadamente 55% dos valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras estão contemplados por esses acordos. A compensação efetiva desses valores somente é possível em caso de default de uma das partes.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias.

(v) Risco de liquidez:

A gestão do risco de liquidez implica assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, através de captação por meio de linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento. A Braskem possui uma metodologia de cálculo para determinação de um caixa operacional e de um caixa mínimo, que têm o objetivo de, respectivamente: (i) garantir liquidez para o cumprimento das obrigações de curto prazo, definidas com base na previsão dos desembolsos operacionais do próximo mês; e (ii) garantir que a Companhia mantenha a liquidez em eventuais momentos de crise. Esses montantes são calculados com base na previsão da geração de caixa operacional, subtraída dos vencimentos de dívidas de curto prazo, necessidades de capital de giro, entre outros. Adicionalmente, a Braskem conta com três linhas de crédito rotativo ("revolving"), que podem ser utilizados sem restrição, nos montantes de: (i) US\$ 350 milhões, durante 4 anos, a partir de novembro de 2012; (ii) US\$ 250 milhões, durante 5 anos, a partir agosto de 2011; e (iii) R\$ 450 milhões, durante 3 anos, a partir de dezembro de 2012. As linhas de crédito permitem a redução do valor do caixa mantido pela Braskem. Em 31 de dezembro de 2012, a Braskem não tinha utilizado nenhum crédito dessas linhas.

(c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

De modo geral, para a proteção patrimonial contra riscos de mercado, a Companhia utiliza *swaps*, *non-deliverable forwards* (NDF) e contratos de opção e outros instrumentos de derivativos para mitigar riscos de variação cambial e taxa de juros.

Em 31 de dezembro de 2012, a Braskem detinha contratos derivativos financeiros com valor nominal de R\$ 954.014 mil (2010 – R\$ 1.802.799 mil), sendo R\$ 935.000 mil (2010 – R\$ 1.444.320 mil) ligados a notas de crédito à exportação e ACCs e R\$ 19.014 mil ligados a *commodities* e NDFs.

(i) Swaps ligados a NCE

A Companhia contratou *swaps* para compensar a flutuação de taxas de contratos de NCE. Nessas operações, a Companhia recebe 112,5% do CDI e paga taxa fixa do cupom cambial, periodicamente, de forma coincidente com o fluxo de caixa da dívida.

As características de cada operação de swap estão listadas abaixo:

		Taxa de juros	_		Valor justo
Identificação	Valor nominal	(proteção)	Vencimento	2012	2011
Swap NCEI	200.000	5,44%	ago-2019	82.812	32.023
Swap NCE II	100.000	5,40%	ago-2019	39.008	13.952
Swap NCE III	100.000	5,37%	ago-2019	37.333	12.512
Swap NCE IV	100.000	5,50%	abr-2019	29.904	6.267
Swap NCE V	100.000	5,50%	abr-2019	29.250	6.215
Swap NCE VI	150.000	5,43%	abr-2019	38.585	
Swap NCE VII	100.000	4,93%	abr-2019	29.725	
Total	850.000			286.617	70.969
			=		
No passivo circulante (operações de deriva	tivos)			286.617	70.969
Total			<u> </u>	286.617	70.969

Esses contratos podem requerer que a Companhia efetue depósitos de garantias em certas condições. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui depósito de garantia relacionado ao *swap* de câmbio do NCE no montante de R\$ 185.000.

(ii) NDF - etanol

A Companhia contratou NDFs para trocar a exposição da matéria prima etanol (negociada em real), que é utilizada para fabricar o polietileno verde, que por sua vez é negociada em dólar. Nessa operação, a Companhia troca a exposição de preços em real para dólar.

		Câmbio fixo			Valor justo
Identificação	Valor nominal	(proteção)	Vencimento	2012	2011
NDF	5.690	1,9237	jan-2013	366	
NDF	5.514	1,8552	jan-2013	569	
NDF	3.014	1,8102	jan-2013	394	
NDF	4.545	1,8580	jan-2013	462	
Total	18.763		=	1.791	
No passivo circulante (operações de derivativos) Total			- -	1.791 1.791	

iii) Swaps ligados a compra de etanol

A Companhia detinha, em 31 de dezembro de 2012, contratos de derivativos de etanol, referenciados na Bolsa de Mercadoria & Futuros - BM&F, no valor nominal de R\$ 251 mil. Nessa operação, a Companhia busca proteger a margem de suas operações.

		Preço fixo - R\$/m³			Valor justo
Identificação	Valor nominal	(proteção)	Vencimento	2012	2011
Compra futura de etanol - BMF	251	1.195,00	jan-2013	2	
	251			2	
No passivo circulante (operações de derivativo	os)			2	
Total				2	

A Companhia elegeu não designar esses *swaps* como hedge para aplicação de contabilidade de *hedge*. Consequentemente, as variações periódicas do valor justo dos *swaps* são registradas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. A Companhia reconheceu uma

receita financeira de R\$ 2 mil referentes à variação do valor justo desses swaps no exercício de 2011.

iv) Swap de Câmbio

A Companhia contratou swaps para compensar a flutuação de taxas de contratos de ACC (Nota 19). Nessas operações, a Companhia recebe taxa fixa e variação cambial e paga percentual da variação do CDI, periodicamente, de forma coincidente com o fluxo de caixa da dívida.

	Taxa de juros			Valor justo
Valor nominal	(proteção)	Vencimento	2012	2011
35.000	99,85% CDI	nov-2013	2.180	
50.000	99,75% CDI	nov-2013	2.788	
85.000			4.968	
os)			4.968	
			4.968	
	35.000 50.000	Valor nominal (proteção) 35.000 99,85% CDI 50.000 99,75% CDI 85.000	Valor nominal (proteção) Vencimento 35.000 99,85% CDI nov-2013 50.000 99,75% CDI nov-2013 85.000 Nov-2013	Valor nominal (proteção) Vencimento 2012 35.000 99,85% CDI nov-2013 2.180 50.000 99,75% CDI nov-2013 2.788 85.000 4.968

Com o intuito de gerenciar o risco de crédito, a Companhia leva em consideração o *rating* e os preços no mercado de *Credit Default Swaps* referenciados às suas contrapartes em derivativos, bem como celebrando contratos de compensação (*netting*) que minimizam o risco de crédito total decorrente das diversas operações financeiras celebradas entre as partes.

(d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Seleção dos riscos:

A Companhia busca adequar sua exposição de balanço de forma a equilibrar com seu fluxo de caixa futuro. Dessa forma, ela preferencialmente carrega divididas de longo prazo em Dólar, já que grande parte de seu fluxo de caixa é nesta moeda.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta as exposições a moedas como se fossem independentes, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

Seleção dos Cenários:

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia inclui na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, e nos itens cobertos por operações de hedge. Não foi considerado o impacto global nas operações da Companhia, tal como o devido à revalorização de estoques e receitas e custos futuros. Dado que a Companhia administra sua exposição cambial em base líquida, efeitos adversos verificados com uma alta do dólar contra o real podem ser compensados por efeitos opostos nos resultados operacionais da Companhia.

Os resultados encontrados com a seleção dos três cenários estão detalhados nas Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

(e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Até 31 de dezembro de 2012, a Companhia não mantinha operações com outras finalidades além da proteção patrimonial. Todos os instrumentos de derivativos são utilizados para proteção patrimonial e foram realizados no mercado de balcão com grandes contrapartes financeiras e respaldados por contratos globais de derivativos no Brasil ou no exterior. A própria Política de Gestão Financeira e de Riscos determina que as operações de *hedge* da Companhia devem ser encaradas como um mecanismo de proteção do valor da Companhia, e não como um instrumento especulativo de obtenção de ganhos futuros com arbitragem em moedas.

Isso não impede, contudo, que, no futuro, a Política acima mencionada venha a ser alterada e a Companhia venha a se utilizar de instrumentos financeiros com outros objetivos, tais como: (i) modificação do retorno de outros instrumentos, por meio de derivativos que modifiquem o retorno de aplicações ou a taxa de juros ou o índice de correção de passivos financeiros, conforme seu julgamento sobre as condições mais adequadas à Companhia (vale apontar que essas operações de modificação do retorno de aplicações ou da taxa de juros ou do índice de correção de compromissos financeiros são realizadas para um montante não superior ao da aplicação ou compromisso subjacente, ou seja, a Companhia não efetua posições alavancadas com derivativos); e (ii) monetização de certos riscos, por meio de derivativos que a Companhia julgar aceitáveis em decorrência do seu perfil exportador. Ao monetizar um risco, a Companhia poderia auferir uma receita financeira em troca de compensar a contraparte na ocorrência de um evento específico.

(f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gestão Financeira e de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 09.8.2010. Segundo tal documento, fica a cargo do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores e Responsável por Finanças zelar pelo cumprimento da referida política, por meio da formulação e implantação de diretrizes e estratégias financeiras próprias, coerentes com as orientações estabelecidas na mencionada política. A postura no relacionamento com instituições financeiras pressupõe o pleno atendimento às disposições do Conselho de Administração da Companhia contidas no código de conduta e na política de negociação de valores mobiliários, além do alinhamento com o compromisso público assumido pela Companhia. Dependendo da operação que se pretender contratar, além das aprovações estatutárias necessárias, será preciso solicitar a análise do Comitê de Finanças e Investimento, que atuará como apoio ao Conselho de Administração da Companhia. A gestão de riscos de mercado, por sua vez, ficará a cargo do Diretor de Relações com Investidores e Responsável por Finanças. Vale mencionar que a contratação de operações de *hedge* deve observar uma série de pressupostos e orientações, descritas na referida política, em linha com o disposto no item (e), acima, deste Capítulo.

(g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que a estrutura operacional e as responsabilidades descritas no item anterior são suficientes para garantir a efetividade da Política de Gestão Financeira e de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta em relação ao último exercício social.

PÁGINA: 10 de 39

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em relação aos instrumentos de derivativos utilizados para proteção patrimonial contra riscos de mercado, vale mencionar que tais instrumentos são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, no ativo ou no passivo, conforme o valor justo represente um saldo positivo ou negativo para a Companhia, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos são obrigatoriamente classificados como "mantidos para negociação". As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas na Demonstração de Resultado da Companhia como receitas ou despesas financeiras no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo é designado e se qualifica para a contabilização de hedge de fluxo de caixa no período em questão.

O valor justo dos derivativos é apurado da seguinte forma:

- (i) a partir de fontes públicas, no caso de derivativos negociados em bolsas;
- (ii) a partir de modelos de fluxos de caixa descontados, quando o derivativo é uma compra ou venda a termo ou um contrato de swap; ou
- (iii) a partir de modelos de avaliação de contratos de opções, como o modelo BlackScholes, quando o derivativo contém aspectos de opção.

As premissas de avaliação (dados do modelo) são obtidas junto a fontes que refletem preços atuais observáveis no mercado, sobretudo curvas de taxas de juros e preços de moeda a termo, divulgadas pela Bolsa de Mercadorias e Futuros, taxas de câmbio à vista, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, e curvas de taxas de juros internacionais divulgadas por serviços reconhecidos de cotações, como Bloomberg ou Reuters.

10. Comentários dos diretores

10.1 - Comentários dos diretores sobre questões financeiras da Companhia

(a) Comentários sobre condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia

Os diretores da Companhia entendem que ela apresenta condições financeiras e patrimoniais compatíveis com sua área de atuação e suficientes para implementar o seu plano de crescimento e desenvolvimento sustentável, cumprindo com todas as suas obrigações, agindo proativamente em busca das melhores oportunidades, visando à criação de valor para seus acionistas e o aumento da competitividade em toda a cadeia produtiva do setor petroquímico e de plásticos.

A Companhia vem, de forma consistente, expandindo seus negócios, aumentando sua capacidade de produção e, por conseqüência, de geração de caixa.

A Companhia possui exposição líquida ao dólar (i. e. passivos atrelados a esta moeda maiores que os ativos). Não obstante, os diretores da Companhia acreditam que tal exposição é adequada pelos seguintes motivos:

- (i) o efeito da variação cambial não tem impacto direto sobre o caixa da Companhia no curto prazo, já que esse valor representa o efeito da variação cambial, principalmente sobre o endividamento da Companhia, e será desembolsado por ocasião do vencimento das dívidas; e
- (ii) a geração de caixa da Companhia é fortemente dolarizada, de modo que, apesar de existir o risco do efeito contábil negativo da variação cambial no curto prazo, há um impacto líquido positivo sobre o fluxo de caixa da Companhia no médio prazo.

A Companhia adota procedimentos de gestão de risco de mercado e de crédito em conformidade com sua Política de Gestão Financeira e com a Política de Gestão de Risco, visando proteger o seu fluxo de caixa e reduzir a volatilidade ao financiamento do seu capital de giro e de programas de investimento.

(b) Comentários sobre estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Os diretores indicam, no quadro abaixo, a evolução da estrutura de capital da Companhia com relação aos três últimos exercícios sociais:

	2012	2011	2010
Mercado de Capitais	53%	40%	38%
Agentes Governamentais Nacionais	20%	23%	26%
Agentes Governamentais Estrangeiros	0%	0%	1%
Operações Estruturadas	13%	18%	22%
Aquisição de Investimentos	0%	0%	3%
Capital de Giro	14%	19%	10%

A Companhia busca diversificar suas fontes de financiamento, obtendo recursos no mercado de capitais, com agentes governamentais, por meio de capital de giro e outras operações estruturadas. Entre 2012 e 2011, a Companhia apresentou um acréscimo da exposição junto ao mercado de capitais, que passou a representar 53% de toda a exposição da empresa. Em 2011 representava (40%). Comparando com 2010, o crescimento foi de 7 p.p.. Este crescimento está em linha com a estratégia da Companhia de fortalecer seu relacionamento com os mercados de capitais, valendo-se do custo de oportunidade destas linhas, mantendo a disposição linhas de crédito bancário para operações de capital de giro.

Grande parte da dívida da Companhia está atrelada ao dólar norte-americano, sendo que este percentual foi ao final de 2012 de 68%, comparado a 63% ao final de 2011 e 2010. Com isso, o montante

total da dívida da Companhia, quando expresso em reais, pode variar entre um ano e outro devido a oscilações do câmbio.

A dívida líquida ao final do ano de 2012 foi de R\$ 14,0 bilhões representando um aumento de 17% quando comparada aos R\$ 12,0 bilhões registrados em 2011, e um aumento de 22%, quando comparada com a dívida líquida nominal de 2010 (R\$ 9,8 bilhões). O aumento observado em 2012 decorre principalmente dos seguintes fatores: (i) maior montante de investimentos no 1º semestre com a finalização dos projetos de PVC e butadieno; (ii) Captação adicional de recursos via bridge loan para o projeto integrado México, no montante de US\$ 317 milhões; (iv) Valorização do dólar em 9% em relação ao real, aumentando o estoque de endividamento em moeda estrangeira, quando expresso em reais.

Quando expressa em dólares norte-americanos, a dívida líquida da Companhia foi de US\$ 6,8 bilhões em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 6% quando comparada aos 6,4 bilhões registrados em 31 de dezembro de 2011, e um aumento de 8%, quando comparada com a dívida nominal de 2009 (US\$ 5,9 bilhões).

Em 26 de agosto de 2011, o Conselho de Administração da Braskem aprovou um novo programa de recompra de ações para vigorar entre 29 de agosto de 2011 e 28 de agosto de 2012, através do qual a Companhia poderia adquirir até 12.162.504 ações preferenciais classe "A", a preço de mercado. As ações poderiam ser adquiridas pela Companhia ou por instituições financeiras contratadas para este fim. Ao término do programa, a Braskem teria de adquirir das instituições financeiras, pelo valor de mercado, as ações por elas adquiridas. Tal negociação privada foi aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Durante o programa, foram recompradas 2.595.300 ações, pelo montante de R\$ 33.204. O preço médio de compra dessas ações foi de R\$ 12,79 (custo mínimo de R\$ 10,53 e custo máximo de R\$ 15,15).

As ações compradas pelas instituições financeiras foram adquiridas pela Braskem em agosto de 2012, quando do encerramento do programa. Nessa operação a Braskem recebeu R\$ 1.575 mil, referentes ao swap ligado a recompra, líquido de imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$ 698 mil.

Essas ações recompradas foram canceladas em dezembro de 2012.

(c) Comentários sobre capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia acreditam que os níveis de liquidez e de alavancagem financeira são adequados para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir.

A capacidade de pagamento da Companhia, porém, poderá vir a ser afetada por diversos fatores de risco, apontados no item 4 do Formulário de Referência.

De forma resumida, é possível dizer que as principais necessidades de caixa da Companhia compreendem: (i) necessidades de capital de giro, (ii) serviço da dívida, (iii) investimentos de capital relacionados a investimentos em operações, manutenção e ampliação das instalações industriais, (iv) fundos necessários para aquisição de participações acionárias em outras empresas petroquímicas, e (v) pagamento de dividendos referentes às ações e/ou juros sobre o capital próprio.

Para fazer frente a tais necessidades de caixa, a Companhia tem contado tradicionalmente com seu fluxo de caixa decorrente de suas atividades operacionais, com empréstimos de curto e longo prazo, e com a venda de títulos de dívida nos mercados de capitais nacional e internacional.

A opinião dos diretores é corroborada pelas agências de classificação de risco, as quais vêm, desde 2007, atribuindo bons ratings para a Companhia em relação a seus pares. Mas foi em 2011 que a Companhia conseguiu a classificação de investment grade.

Abaixo, segue tabela indicando a classificação atribuída à Companhia pelas principais agências:

	2012	2011	2010
Fitch	. BBB- Negativa	BB+ Estável	BB+ Estável
Standard & Poors'	. BBB- Estável	BB+ Estável	BB+ Estável

	2012	2011	2010
Moody's	. Baa3 Negativa	Ba1 Estável	Ba1 Estável

Em 2011, a Braskem passou a ser considerada Grau de Investimento pelas 3 maiores agências globais de classificação de risco.

No final de outubro de 2012, a Fitch Ratings manteve o rating global da Braskem em "BBB-", alterando a perspectiva para negativa. Essa mudança de percepção deveu-se principalmente a menor geração operacional de caixa em 2012, resultado da deterioração dos spreads petroquímicos, elevando a alavancagem relativa da Companhia. No entanto, a manutenção do grau de investimento refletiu a liderança da Braskem no mercado local, bem como o gerenciamento do seu perfil financeiro e o forte apoio de seus principais acionistas.

No começo de novembro, a Standard & Poor's manteve o rating "BBB-" e a perspectiva em "estável" para a Braskem. Apesar da geração operacional de caixa mais fraca atingida no primeiro semestre do ano, a agência continuou confiante de que a Braskem irá manter sua posição dominante no mercado petroquímico nacional através de sua vantagem competitiva, da diversificação de matéria-prima, da eficiência operacional e de uma base acionária forte que garantem estabilidade para a companhia suportar uma diminuição do ritmo de crescimento econômico.

Por fim, no final de novembro, a Moody's divulgou relatório mantendo o rating da Braskem em "Baa3", e alterando a perspectiva para negativa. A mudança no cenário foi consequência da pior performance operacional da companhia frente à deterioração dos fundamentos da indústria petroquímica global. A Moody's, todavia, destaca a capacidade da companhia de melhorar a sua rentabilidade e diminuir o nível de endividamento no médio prazo, através do seu permanente compromisso com crescimento e higidez financeira.

Ademais, cabe mencionar que a Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por meio de vendas a uma ampla base de clientes no mercado interno e externo e pela análise continuada do crédito de seus clientes. Em ambos os mercados, a Companhia utiliza de credit scoring e solicita garantias pessoais/corporativas, quando necessário. No mercado externo, a Companhia utiliza seguradora de crédito, vendas garantidas por carta de crédito e outras modalidades de garantias. Finalmente, cabe apontar que a Companhia contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual, historicamente, vem se mostrando suficiente para cobrir as perdas com títulos incobráveis.

(d) Comentários sobre fontes de financiamento utilizadas para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

As necessidades de financiamento da Companhia são atendidas por meio da utilização dos instrumentos clássicos de captação, em especial por financiamentos junto a diversas instituições brasileiras e internacionais. A Companhia também aproveitou boas oportunidades do mercado de capitais, tendo totalizado emissões tanto no mercado brasileiro como no internacional. Entre suas diversas fontes de financiamento estão bonds, medium term-notes, perpetual bonds, debêntures, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, adiantamentos de contrato de câmbio, pré-pagamentos de exportações, Cédula de Crédito Bancário e Nota de Crédito à Exportação. O bom relacionamento que a Companhia tem mantido com algumas instituições financeiras e a sua transparência e diligência junto ao mercado de capitais têm garantido a oferta de patamares de preço e prazo compatíveis com as respectivas operações e até mesmo vantajosos em relação ao mercado, em alguns casos.

(e) Comentários sobre fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes a serem utilizados para cobertura de deficiências de liquidez

Os diretores acreditam que poderão suprir eventuais deficiências de liquidez da Companhia, por meio da combinação de: (i) recursos originados das operações em geral da Companhia, (ii) recursos originados por meio de financiamentos, incluindo novas captações e refinanciamento da dívida já existente, e (iii) recursos originados devido à redução do ciclo operacional e conseqüente redução da necessidade de financiamento de capital de giro.

Para garantir a higidez financeira da Companhia, evitando deficiências de liquidez no curto prazo, a

Companhia mantém um nível mínimo de caixa suficiente para suprir suas obrigações de curto prazo, além de contar com três linhas de crédito rotativo (stand by), duas que totalizam US\$ 600 milhões e uma nova no valor de R\$ 450 milhões e que não apresentam cláusulas restritivas de saque em momentos adversos de mercado (Material Adverse Change - MAC Clause). Os bancos que participam desta operação são de primeira linha, com baixo nível de default (Credit Default Swap) e rating elevado. Ademais, diversas instituições financeiras se comprometeram a fornecer financiamento à Companhia no futuro, inclusive o BNDES, desde que observadas algumas condições precedentes ao desembolso, as quais os diretores acreditam que poderão ser cumpridas pela Companhia.

(f) Comentários sobre níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo demonstra a evolução da alavancagem financeira da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais, medida pelo indicador "Dívida Líquida/EBITDA":

	20	12	20)11	20	010
	(R\$)	(US\$)	(R\$)	(US\$)	(R\$)	(US\$)
Dívida Líquida	14,0 bi	6,8 bi	12,0 bi	6,4 bi	9,8 bi	5,9 bi
EBITDA	4,0 bi	2,0 bi	3,7 bi	2,2 bi	3,8 bi	2,2 bi
Dívida Líquida / EBITDA	3,5 x	3,4 x	3,2 x	2,8 x	2,6 x	2,7 x

O nível de alavancagem financeira da Companhia, mensurado pelo indicador "Dívida Líquida/EBITDA", aumentou de 2011 para 2012. A alavancagem financeira medida pela relação dívida líquida/EBITDA, passou de 2,8x ao final de 2011 para 3,4x quando medida em dólares, como consequência da contração dos spreads de resinas e petroquímicos básicos, que acompanharam a tendência do mercado internacional. Em reais, a alavancagem foi para 3,5x, alta de 10%, fortemente influenciada pela apreciação do dólar no período. Os diretores acreditam que o perfil de endividamento da Companhia pode ser resumido pela tabela abaixo:

	2012	2011	2010
Dívidas de curto prazo	R\$ 1.836 milhões	R\$ 1.392 milhões	R\$ 1.724 milhões
Dívidas de longo prazo	R\$ 15.676 milhões	R\$ 13.772 milhões	R\$ 11.004 milhões
Dívidas em Reais	32%	37%	37%
Dívidas sujeitas à variação cambial do Dólar	68%	63%	63%
Dívidas sujeitas à variação em outras moedas	0%	0%	1%
Dívidas quirografárias	80%	77%	77%
Dívidas cobertas por garantias	20%	23%	23%
Principais tipos de garantias	Hipotecas, pent	nor de máquinas e fiança bançária	equipamentos,

nipotecas, pennor de maquinas e equipamentos fiança bancária e apólice de seguro

Vale mencionar, ainda, que grande parte dos financiamentos domésticos foi contratada com instituições financeiras de fomento, as quais oferecem condições melhores que as do mercado privado.

A estratégia de financiamento da Companhia tem sido continuar a alongar o prazo médio do vencimento de sua dívida, inclusive mediante a amortização de dívida de curto prazo por meio de empréstimos de longo prazo e prioritariamente através da emissão de títulos de dívida de longo prazo no mercado de capitais para aumentar os níveis de liquidez e melhorar a sua flexibilidade estratégica, financeira e operacional. A estratégia de financiamento para os próximos anos prevê a manutenção de liquidez adequada e um perfil de vencimento da dívida que seja compatível com a geração prevista de fluxos de caixa. Além disso, os diretores acreditam que os gastos de capital não irão afetar negativamente a

qualidade dos índices de endividamento ou a abordagem disciplinada na alocação de capital.

Os diretores da Companhia passam a descrever, abaixo, (i) contratos de empréstimo e financiamento que classificam como relevantes, (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras, (iii) grau de subordinação entre as dívidas, e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os diretores destacam que, em razão da incorporação de sociedades pela Companhia, incluíram neste item contratos de empréstimos e financiamentos relevantes, os contratos aqueles que foram firmados por estas antecessoras da Companhia, incluindo, entre outras, a OPP Química S.A. (e a sua antecessora OPP Petroquímica S.A.), a Trikem S.A. ("Trikem"), a Companhia Petroquímica do Sul ("Copesul"), a IQ Soluções & Química S.A. (atual denominação da Ipiranga Química S.A. – "Quantiq"), a Ipiranga Petroquímica S.A. ("Ipiranga Petroquímica"), a Petroquímica Paulínia S.A.

Fixed-rate Notes

Em janeiro de 2004, a Companhia emitiu e vendeu Notes a 11,75% com valor total do principal de US\$ 250,0 milhões. Os juros sobre esses títulos são pagos semestralmente, em janeiro e julho de cada ano. O vencimento desses títulos será em janeiro de 2014.

Em julho de 1997, a Trikem emitiu e vendeu Notes remuneradas a juros de 10,625% ao ano, com vencimento em 2007, no valor total de US\$250,0 milhões. A Companhia assumiu as obrigações da Trikem com referência a esses instrumentos em decorrência da incorporação da Trikem pela Companhia em janeiro de 2004. Em julho de 2005, a Companhia recomprou esses títulos, alterou e reformulou seus termos, e as Notes passaram a ser remuneradas por juros à taxa anual de 9,375%, pagos semestralmente em junho e dezembro de cada ano, com vencimento em junho de 2015. Em agosto de 2005, a Companhia permutou US\$ 150,0 milhões do valor total do principal dessas Notes por US\$ 150,0 milhões do valor total do principal de notas emitidas por uma de nossas controladas em junho de 2005 e garantidas pela Companhia.

Em setembro de 2006, a Companhia emitiu e vendeu Notes a 8,00% ao ano, com valor total do principal de US\$275,0 milhões. Os juros sobre esses títulos são pagos semestralmente em janeiro e julho de cada ano. O vencimento desses títulos é em janeiro de 2017.

Em junho de 2008, a Companhia emitiu e vendeu Notes a 7,250% ao ano, com valor total do principal de US\$ 500,0 milhões. Os juros sobre esses títulos são pagos semestralmente em junho e dezembro de cada ano, com vencimento em junho de 2018.

Em maio de 2010, a Companhia emitiu e vendeu Notes remuneradas a juros de 7,00% ao ano, no valor de US\$ 400,0 milhões Os juros sobre esses títulos são pagos semestralmente em maio e novembro de cada ano. O vencimento desses títulos é em maio de 2020. Esta operação foi reaberta em julho de 2010 com valor de US\$ 350,0 milhões. O valor total em aberto desses títulos é de US\$ 750,0 milhões.

Em abril de 2011, a Companhia emitiu e vendeu Notes remuneradas a juros de 5,75% ao ano, no valor de US\$ 750,0 milhões Os juros sobre esses títulos são pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano. O vencimento desses títulos é em abril de 2021. Esta operação foi reaberta em janeiro de 2012 com valor de US\$ 250,0 milhões. O valor total em aberto desses títulos é de US\$ 1,0 bilhão.

Em julho de 2011, a Companhia emitiu e vendeu Notes remuneradas a juros de 7,125% ao ano, no valor de US\$500,0 milhões Os juros sobre esses títulos são pagos semestralmente em janeiro e julho de cada ano. O vencimento desses títulos é em abril de 2041. Esta operação foi reaberta em julho de 2012 com valor de US\$ 250,0 milhões. O valor total em aberto desses títulos é de US\$ 750,0 milhões

Em maio de 2012, a Companhia emitiu e vendeu Notes remuneradas a juros de 5,375% ao ano, no valor total de US\$500,0 milhões Os juros sobre esses títulos são pagos semestralmente em janeiro e julho de cada ano. O vencimento desses títulos é em maio de 2022.

Perpetual Bonds

Em outubro de 2010, a Companhia emitiu e vendeu perpetual bonds com valor do principal de US\$ 450,0 milhões com juros a 7,375% ao ano. Os juros sobre esses títulos são pagos trimestralmente em janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. A Companhia pode, a seu critério, resgatar esses títulos, no todo ou em parte, devendo pagar o equivalente a 100% do valor do principal acrescido dos juros acumulados e valores adicionais, se houver, em qualquer data de pagamento de juros a partir de outubro de 2015. Esta

operação foi reaberta em fevereiro de 2012 com valor de US\$ 250,0 milhões. O valor total em aberto desses títulos é de US\$ 700,0 milhões.

Linhas de crédito bancário

Entre setembro e dezembro de 2011, a Companhia obteve, junto a instituições financeiras brasileiras e internacionais, cinco contratos de financiamento externo no valor de US\$ 50,0 milhões cada. Sobre este valor incidem juros à taxa LIBOR acrescida entre 1,70% e 2,25% ao ano, os quais devem ser pagos semestralmente referentes ao período vencido. O valor do principal deve ser pago na data de vencimento do contrato, entre março de 2015 e dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desses contratos era de US\$ 250,0 milhões.

Entre fevereiro e novembro de 2012, a Companhia obteve, junto a instituições financeiras internacionais, sete contratos de financiamento externo no valor total de US\$ 196 milhões. Sobre este valor incidem juros à taxa LIBOR acrescida de 1% ao ano, os quais devem ser pagos mensalmente referentes ao período vencido. O valor do principal deve ser pago na data de vencimento dos contratos, em junho de 2016. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desses contratos era de US\$ 196,0 milhões.

Linhas de Crédito para Pré-pagamento de Exportação

Em maio de 2010, a Companhia firmou, com uma instituição financeira um contrato de pré-pagamento de exportação no valor de US\$150,0 milhões. Sobre este valor, incidem juros à taxa LIBOR acrescida de 2,40% ao ano, os quais devem ser pagos semestralmente a partir de novembro de 2011 referentes ao período vencido. O valor do principal deve ser pago no vencimento do contrato em maio de 2015. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era US\$ 150,0 milhões.

Em dezembro de 2010, a Companhia firmou, com uma instituição financeira um contrato de prépagamento de exportação no valor de US\$100,0 milhões. Sobre este valor, incidem juros à taxa LIBOR acrescida de 2,47% ao ano, os quais devem ser pagos semestralmente a partir de junho de 2011 referentes ao período vencido. O valor do principal deve ser pago em cinco parcelas semestrais a partir de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era US\$ 100,0 milhões.

Linhas de notas de crédito à exportação

Em novembro de 2006, a Companhia obteve, junto a uma instituição financeira, uma linha de notas de crédito à exportação no valor de US\$ 78,0 milhões. Sobre este valor incidem juros à taxa de 8,1% ao ano, os quais devem ser pagos semestralmente a partir de maio de 2007 referentes ao período vencido. O valor do principal deve ser pago na data de vencimento do contrato, em maio de 2018. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era de US\$ 78,0 milhões.

Em abril de 2007, a Companhia obteve, junto a uma instituição financeira, uma linha de notas de crédito à exportação no valor de US\$ 50,0 milhões. Sobre este valor incidem juros à taxa de 7,87% ao ano, os quais devem ser pagos semestralmente a partir de outubro de 2007 referentes ao período vencido. O valor do principal deve ser pago na data de vencimento do contrato, em março de 2018. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era de US\$ 50,0 milhões.

Em maio de 2007, a Companhia obteve, junto a uma instituição financeira, uma linha de notas de crédito à exportação no valor de US\$ 75,0 milhões. Sobre este valor incidem juros de 7,85% ao ano, os quais devem ser pagos semestralmente a partir de novembro de 2007 referentes ao período vencido. O valor do principal deve ser pago na data de vencimento do contrato, em maio de 2019. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era US\$ 75,0 milhões.

Em janeiro de 2008, a Companhia obteve, junto a uma instituição financeira, uma linha de notas de crédito à exportação no valor de US\$ 150,0 milhões. Sobre este valor incidem juros de 7,3% ao ano, os quais devem ser pagos semestralmente referentes ao período vencido. O valor do principal deve ser pago na data de vencimento do contrato, em fevereiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era US\$ 150,0 milhões.

Em junho de 2010, a Companhia obteve, junto a uma instituição financeira, uma linha de notas de crédito agrícola no valor de R\$ 250,0 milhões. Sobre este valor incidem juros à taxa de 12,13% ao ano, os quais devem ser pagos na data de vencimento do contrato. O valor do principal deve ser pago na data de vencimento do contrato, em junho de 2014. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era de R\$ 256,6 milhões.

Em fevereiro de 2011, a Companhia obteve, junto a uma instituição financeira, uma linha de notas de

crédito à exportação no valor de R\$ 250,0 milhões. Sobre este valor incidem juros à taxa de 99,0% do CDI ao ano, os quais devem ser pagos na data de vencimento do contrato. O valor do principal deve ser pago em 02 prestações, compreendidas em R\$ 50 milhões em fevereiro de 2013 e R\$ 200 milhões na data de vencimento do contrato, em fevereiro de 2014. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era de R\$ 237,9 milhões. Em junho de 2011, a Companhia obteve, junto a uma instituição financeira, uma linha de notas de crédito agrícola no valor de R\$ 80,0 milhões. Sobre este valor incidem juros à taxa de 98,5% do CDI ao ano, os quais devem ser pagos na data de vencimento do contrato. O valor do principal deve ser pago na data de vencimento do contrato, em junho de 2014. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era de R\$ 91,5 milhões.

Em abril de 2011, a Companhia obteve, junto a uma instituição financeira, uma linha de notas de crédito à exportação no valor de R\$ 450,0 milhões. Sobre este valor incidem juros à taxa de 112,5% do CDI ao ano, os quais devem ser pagos trimestralmente referentes ao período vencido. O valor do principal deve ser pago na data de vencimento do contrato, em abril de 2019. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era de R\$ 456,1 milhões.

Em agosto de 2011, a Companhia obteve, junto a uma instituição financeira, uma linha de notas de crédito à exportação no valor de R\$ 400,0 milhões. Sobre este valor incidem juros à taxa de 112,5% do CDI ao ano, os quais devem ser pagos trimestralmente referentes ao período vencido. O valor do principal deve ser pago na data de vencimento do contrato, em agosto de 2019. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era de R\$ 402,2 milhões.

Em **janeiro de 2012**, a Companhia obteve, junto a uma instituição financeira, uma linha de notas de crédito à exportação no valor de R\$ 200 milhões. Sobre este valor incidem juros à taxa de 103% do CDI ao ano, os quais devem ser pagos trimestralmente referentes ao período vencido. O valor do principal deve ser pago na data de vencimento do contrato, em dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era de R\$ 217,2 milhões.

Em **junho de 2012**, a Companhia obteve, junto a uma instituição financeira, uma linha de notas de crédito à exportação no valor de R\$ 100,0 milhões. Sobre este valor incidem juros à taxa de 103,0% do CDI ao ano, os quais devem ser pagos trimestralmente referentes ao período vencido. O valor do principal deve ser pago na data de vencimento do contrato, em junho de 2014. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era de R\$ 103,8 milhões.

Em **setembro de 2012**, a Companhia obteve, junto a uma instituição financeira, uma linha de notas de crédito à exportação no valor de R\$ 300,0 milhões. Sobre este valor incidem juros à taxa de 103% do CDI ao ano, os quais devem ser pagos trimestralmente referentes ao período vencido. O valor do principal deve ser pago na data de vencimento do contrato, em setembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era de R\$ 305,6 milhões.

Em **outubro de 2012**, a Companhia obteve, junto a uma instituição financeira, uma linha de notas de crédito à exportação no valor de R\$ 85,0 milhões. Sobre este valor incidem juros à taxa de 98,5% do CDI ao ano, os quais devem ser pagos trimestralmente referentes ao período vencido. O valor do principal deve ser pago na data de vencimento do contrato, em setembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era de R\$ 86,4 milhões.

Em **novembro de 2012**, a Companhia obteve, junto a uma instituição financeira, uma linha de notas de crédito à exportação no valor de R\$ 100,0 milhões. Sobre este valor incidem juros à taxa de 106% do CDI ao ano, os quais devem ser pagos trimestralmente referentes ao período vencido. O valor do principal deve ser pago na data de vencimento do contrato, em janeiro de 2013. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto desse contrato era de R\$ 100,6 milhões.

Empréstimos junto ao BNDES para fomento do desenvolvimento

Em agosto de 2007, Petroquímica União - QQ celebrou com o BNDES o um contrato de financiamento de R\$ 205,2 milhões dividido em 3 linhas. Este financiamento teve por finalidade a suplementação de recursos financeiros para o projeto de expansão da planta de etileno localizada em Santo André de 467 ktons/ano para 700 ktons/ano. Este financiamento tem como garantia uma das plantas da Quattor Quimica localizadas entre as cidades de Mauá e Santo André. A primeira linha tem o valor de R\$ 20,5 milhões e é indexada à variação cambial do dólar acrescida de 6,36%aa. As demais linhas estão indexadas à TJLP acrescidas de 2,8% a 3,3% aa. Os juros foram pagos trimestralmente desde agosto de 2007 até outubro de 2009, a partir desta data os juros foram pagos mensalmente bem como o principal do financiamento composto de 78 parcelas de amortização. Em dezembro de 2012 o valor do principal do empréstimo era de R\$ 104,1 milhões.

Em maio de 2009, a Companhia celebrou com o BNDES um Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no valor de R\$ 555,6 milhões. Desse total, R\$ 52,2 são remunerados a variação cambial do dólar, acrescida de 6,14% aa, o valor restante é remunerado a TJLP acrescido de 0% a 4,78% aa. O prazo total da operação é de 8 anos, sendo 2 anos de carência e o último pagamento está previsto para julho 2017. Tal financiamento é destinado à implantação da Unidade Eteno-Álcool no Pólo de Triunfo, no Rio Grande do Sul, referente ao projeto Polietileno Verde descrito no item 10.10(a) deste Formulário, subitem "investimentos em andamento". Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto dessa linha era de R\$ 451,5 milhões.

Em dezembro de 2009, a Companhia celebrou com o BNDES um Contrato de Abertura de Limite de Crédito no valor de R\$ 500 milhões. Este contrato tem a finalidade de financiar os projetos industriais da empresa além de outros projetos relacionados à saúde, segurança e meio ambiente. Dos R\$ 500,0 milhões, R\$ 80,5 milhões são remunerados variação cambial do dólar, acrescida de 6,14%aa, R\$ 97,4 milhões são remunerados a taxa de 4,5% aa e, o valor restante é remunerado a TJLP acrescido de 2,58%aa. O prazo da operação é de 6,5 anos, sendo que haverá carência de 18 meses último pagamento está previsto para janeiro de 2017. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do principal em aberto dessa linha era de R\$ 426,2 milhões.

Em novembro de 2011, a Companhia contratou, dentro do contrato de abertura de limite de crédito de junho de 2007, a utilização de R\$ 175,6 milhões para a construção da nova planta de butadieno. A primeira tranche do contrato é remunerada variação cambial do dólar, acrescida de 6,01% aa. As outras são remuneradas a TJLP, acrescidas de 0% a 3,45% aa. O prazo total do contrato é de 9 anos, sendo 1,5 de carência, vencendo a última parcela em janeiro de 2021. Em dezembro de 2012, o saldo devedor do principal contrato era de R\$ 138,2 milhões.

Em dezembro de 2011, a Companhia contratou, dentro do contrato de abertura de limite de crédito de novembro de 2011, a utilização de R\$ 353,4 milhões para o financiamento dos projetos de modernização das plantas industriais e de saúde, segurança e meio ambiente, referentes ao exercício de 2011. Do total do contrato, R\$ 53,6 milhões são remunerados variação cambial do dólar, acrescida de 6,01% aa. O restante é remunerado a TJLP, acrescido de 2,05% a 3,45% aa. O prazo total do contrato é de 6 anos, sendo 1 de carência, vencendo a última parcela em janeiro de 2018. Em dezembro de 2012, o saldo devedor do principal contrato era de R\$ 327,2 milhões.

Em agosto de 2012, a Companhia contratou, dentro do contrato de abertura de limite de crédito de novembro de 2011, a utilização de R\$ 680 milhões para o financiamento dos projetos de modernização das plantas industriais e de saúde, segurança e meio ambiente, referentes ao exercício de 2012. Do total do contrato, R\$ 92,7 milhões são remunerados variação cambial do dólar, acrescida de 5,98% aa, R\$ 112,7 milhões são remunerados a taxa de 5,5% aa e, o restante é remunerado a TJLP, acrescido de 0% a 3,42% aa. O prazo total do contrato é de 6 anos, sendo 1 de carência, vencendo a última parcela em outubro de 2018. Em dezembro de 2012, o saldo devedor do principal contrato era de R\$ 396,5 milhões

Em setembro de 2012, a Companhia efetuou a liquidação antecipada de três contratos junto ao BNDES no valor total de R\$ 400 milhões. Dentre eles, o contrato de dezembro de 2006, no valor total do principal de R\$ 566,2 milhões, celebrado para financiar a construção da nova planta de polipropileno em Paulínia, São Paulo. E dois contratos de outubro de 2006, celebrados entre o BNDES e a então Petroquímica União - QQ nos valores de R\$ 295 milhões e R\$ 50,2 milhões.

Empréstimos junto a FINEP para fomento da inovação

Em agosto de 2010, a Companhia obteve celebrou à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, uma linha de crédito sob o programa Inova Brasil. A finalidade deste contrato é financiar o programa de tecnologia da Braskem, no período de 2008 a 2010. Neste programa estão incluídos diversos projetos de pesquisas sobre os produtos baseados em resinas plásticas. O valor do contrato é de R\$ 111,1 milhões, sendo o financiamento disponibilizado pela FINEP de R\$ 100,0 milhões sendo R\$ 11,1 milhões contrapartida da própria Companhia. O custo do empréstimo esta fixado em 4,5% a.a. Este financiamento tem o prazo de 8,3 anos, (100 meses), sendo 1,6 anos (20 meses) de carência sendo o último pagamento do principal em janeiro de 2019. Este empréstimo tem como garantia carta de fiança bancária. Em dezembro de 2012 o saldo devedor do principal do contrato era de R\$ 71,9 milhões

Empréstimos junto ao BNB para fomento do desenvolvimento

Em dezembro de 2010, a Companhia celebrou com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB um contrato de crédito garantido no valor total do principal de R\$ 200 milhões para financiar a construção da Nova Planta de PVC em Alagoas. Os empréstimos relativos a esse contrato são garantidos por hipoteca sobre a planta de PVC localizada no Pólo Cloroquímico de Marechal Deodoro. Sobre esses empréstimos

incidem juros à taxa de 8,50% ao ano, os quais devem ser pagos trimestralmente referentes ao período vencido até dezembro de 2013 e, daí por diante, mensalmente, sobre o período vencido, até dezembro de 2022.

Outros Empréstimos para fomento do desenvolvimento

Em dezembro de 2012, a Companhia captou empréstimo junto à Nippon Export and Investment Insurance – NEXI, no montante de US\$ 200 milhões, com vencimento em novembro de 2022. O desembolso dos recursos ocorrerá no primeiro trimestre de 2013 e os encargos, a serem pagos semestralmente, são compostos de variação cambial, Libor + 1,1% aa.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos, cujos itens mais relevantes foram descritos acima, a Companhia não mantém qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras..

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Para fins de ordem de classificação dos créditos, as dívidas da Companhia não são cobertas por garantias, à exceção das dívidas contratadas junto ao BNDES, FINEP e BNB, que são cobertas por garantias reais. Do ponto de vista contratual, não existe subordinação entre as dívidas, de modo que o pagamento de cada uma delas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

(iv) restrições impostas à Companhia

A Companhia liquidou todos os contratos de financiamento que estabeleciam limites para determinados indicadores ligados a capacidade de endividamento e de pagamento de juros.

(g) Comentários sobre limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os instrumentos de financiamento já contratados pela Companhia foram inteiramente utilizados, à exceção dos contratos elencados abaixo:

- Em julho de 2007, a Companhia contratou com o BNDES Contrato de Abertura de Limite de Crédito no valor de R\$ 600 milhões, para financiamento de projetos, sendo que R\$ 41,7 milhões ainda estão disponíveis para desembolso.
- Em dezembro de 2010, a Companhia celebrou com o BNDES Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no valor de R\$ 524,7 milhões, para financiar a expansão da unidade industrial de Marechal Deodoro-AL, através da implantação de uma unidade de produção de MVC, e de uma unidade de produção PVC, sendo que R\$ 46,2 milhões ainda estão disponíveis para desembolsos.
- Em novembro de 2011, a Companhia contratou com o BNDES Contrato de Abertura de Limite de Crédito no valor de R\$ 2,46 bilhões, para financiar, projetos de modernização das plantas industriais, de aumento de produtividade, de inovação e de saúde, segurança e meio ambiente, sendo que R\$ 1,36 bilhões ainda estão disponíveis para desembolsos.

(h) Comentários sobre alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações mais significativas nas demonstrações financeiras ocorreram no balanço consolidado e foram as seguintes:

	Consolidado		
	2012	2011	
Ativo	(em R\$ milhares)	(em R\$ milhares)	
Circulante			
Contas a receber de clientes	2.326.480	1.843.756	
Estoques	4.102.055	3.623.522	
Tributos a recuperar	1.476.211	1.036.253	
Indenizações securitárias	160.981	-	
Demais contas a receber	818.434	328.583	
Ativos não circulantes mantidos para venda	277.828	-	
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.055.621	1.237.144	
Indenizações securitárias	47.255	252.670	
Imobilizado	21.176.785	20.662.721	
Passivo			
Circulante			
Financiamentos	1.836.028	1.391.779	
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda	109.770	-	
Não circulante			
Financiamentos	15.675.610	13.753.033	

Ativo

Contas a receber de clientes

Em 2012, a variação no saldo de "Clientes" no ativo circulante deve-se principalmente ao volume de vendas no último mês com prazos de vencimentos superiores a 30 dias.

Estoques

Os níveis de estoques de produtos acabados e matérias-primas em 2012 ficaram acima dos registrados em 2011 em volumes e preços.

Tributos a recuperar

Em 2012, a variação no saldo de "tributos a recuperar" no ativo circulante deve-se principalmente aos seguintes pontos:

Reconhecimento do crédito tributário no montante de R\$ 228.052 mil derivado do programa denominado REINTEGRA que foi criado pela Lei Federal nº 12.456 de 14 de dezembro de 2011. Esse programa tem como propósito restituir às empresas exportadoras os tributos federais incidentes na sua cadeia de produção dos bens vendidos ao exterior. A restituição equivale à 3% do valor das receitas com exportação e a realização desses créditos pode ocorrer de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos administrados pela

Receita Federal; ou (ii) ressarcimento em espécie. Durante 2012, foram utilizados créditos desse programa, no montante de R\$ 28.201 mil, para a liquidação de tributos federais devidos;

 imposto sobre valor agregado no montante de R\$ 62.151, provenientes de compras de máquinas e equipamentos do projeto Etileno XXI que está em implantação no México, com previsão de inicio de operação para 2015 quando tais créditos começarão a ser realizados.

Indenizações securitárias

Em 2012, foram transferidos para o Ativo circulante os valores a receber das seguradoras em razão de sinistros ocorridos na planta da UNIB Camaçari (Bahia) e na planta de cloro soda de Alagoas. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo dessa rubrica inclui:

- indenizações dos sinistros ocorridos em dezembro de 2010 e fevereiro de 2011 em fornos e no sistema elétrico nas plantas de Olefinas da unidade de Insumos Básicos de Camaçari, no montante de R\$ 138.447 mil; e
- indenização de sinistro na planta de Cloro Soda, no Estado de Alagoas, no montante de R\$ 12.911

Demais contas a receber

A principal causa da flutuação dessa rubrica, em 2012, decorre das vendas das controladas Cetrel S.A. e Braskem Distribuidora pelos valores de R\$ 208.100 e R\$ 444.000, respectivamente.

Ativos não circulantes mantidos para venda

No último trimestre de 2012, foram iniciadas as negociações para a venda das controladas IQ Soluções e Química S.A. (Quantiq) e - e IQAG Armazens Gerais Ltda (IQAG). Nesse caso, a norma contábil aplicável estabelece que devem ser indicadas nessa rubrica a soma dos ativos dessas controladas.

A estimativa é que a conclusão dessa negociação ocorra no primeiro semestre de 2013.

A operação foi submetida à apreciação do CADE que emitiu parecer favorável e sem ressalvas em 7 de dezembro de 2012.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O aumento do saldo dessa rubrica em 2012, decorreu, principalmente, por conta do reconhecimento d de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal apurado no período, variação cambial e provisões temporárias.

Imobilizado

A variação do exercício refere-se aos investimentos na planta de PVC em Alagoas, Butadieno e no projeto México.

Passivo

Financiamentos

Em 2012, foram efetuadas as seguintes operações financeiras que contribuíram para a flutuação no saldo dessa rubrica:

- (i) Emissão de bonds no montante de US\$ 250 milhões em fevereiro de 2012.
- (ii) Emissão de bonds perpétuos no montante de US\$ 250 milhões em fevereiro de 2012.
- (iii) Captação de US\$ 500 milhões com a emissão de bonds em maio de 2012.
- (iv)Captação de US\$ 250 milhões com a emissão de bonds em julho de 2012.

Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para venda

Por conta dessa decisão de vender as controladas QuantiQ e IQAG, foi indicada nessa rubrica a soma dos passivos dessas controladas.

Patrimônio Líquido

Reservas de lucros

Durante o exercício, os seguintes eventos e valores movimentaram essa reserva:

- pagamento dos dividendos aprovados pela Assembleia Geral Ordinária em 27 de abril de 2012 no montante de R\$ 482.593.
- absorção parcial do prejuízo apurado no exercício.

10.2 - Comentários dos diretores sobre os resultados da Companhia

(a) Comentários sobre resultados das operações do emissor

A Companhia gera suas receitas principalmente a partir da produção e venda de produtos nos segmentos de petroquímicos básicos, de poliolefinas e de vinílicos (PVC, soda cáustica e EDC).

A estratégia operacional da Companhia baseia-se na utilização otimizada de seus ativos por meio da manutenção de elevadas taxas de utilização de capacidade em todas as unidades industriais sob sua gestão, priorizando a comercialização de produtos de maior valor agregado em mercados e segmentos mais rentáveis. Como resultado desse esforço, a Companhia tem apresentado patamares elevados de confiabilidade operacional com menor volatilidade nas taxas de utilização de capacidade das suas unidades industriais.

Nos últimos 3 exercícios sociais, os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia foram os seguintes:

- (i) variação nos preços dos principais insumos (em especial, a nafta) e produtos, principalmente no mercado internacional,
- (ii) agravamento da crise econômica internacional, que impactou tanto o setor petroquímico global quanto a indústria brasileira,
- (iii) variações no volume de vendas no mercado doméstico e internacional (decorrentes, em grande parte, de variações na relação oferta x demanda),
 - (iv)aumento de eficiência no processo de produção,
- (v) necessidade de paradas programadas para manutenção em suas unidades de petroquímicos básicos,
 - (vi) variação cambial, inflação, oscilações das taxas de juros, e
 - (vii) eventuais alterações na legislação tributária.

Do ponto de vista operacional, a Companhia vem tendo um excelente desempenho industrial e comercial, com melhorias do seu mix de produtos e maiores volumes vendidos. As vendas de resinas termoplásticas da Companhia no mercado doméstico, nos últimos anos, demonstram a capacidade de superação da Companhia diante de cenários adversos.

A Braskem alcançou em 2012 conquistas relevantes em sua agenda estratégica, especialmente nas dimensões de crescimento e internacionalização, evoluindo na implementação de sua visão de médio e longo prazo. Com isso, a Companhia consolidou sua posição como maior produtora de resinas das Américas e como uma das maiores empresas petroquímicas do mundo. A sua estratégia está alicerçada em três pilares: o do compromisso com o crescimento do mercado doméstico, através de seus projetos de expansão, e do apoio ao desenvolvimento da cadeia petroquímica e de plásticos brasileira, servindo cada vez melhor seus Clientes; no processo de internacionalização, foi iniciada a construção do complexo petroquímico integrado no México, concluída a negociação do contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction) e a estruturação do financiamento, no valor de US\$ 3,2 bilhões, com o apoio de um pool multinacional de 7 bancos e agências de crédito. O complexo será constituído por um cracker, que utilizará etano como matéria-prima, e três plantas integradas de polietileno, com capacidade anual de 1,05 milhão de toneladas e está previsto para iniciar a sua produção no final do 1º semestre de 2015. Desenvolvido em joint venture com o grupo mexicano Idesa, o projeto permitirá ampliar a participação do gás na equação de matérias-primas da Companhia, tornando-a mais competitiva.

Ao mesmo tempo, as equipes da Braskem permaneceram focadas na manutenção da excelência operacional e na minimização dos impactos da contração econômica global provocada pelo recrudescimento da crise da dívida europeia no segundo semestre, justamente quando os mercados ensaiavam uma recuperação, o que restringiu a demanda internacional por produtos petroquímicos afetando a rentabilidade do setor. O desafio da economia global, aliado à apreciação do real no primeiro semestre; os incentivos concedidos por alguns portos aos produtos importados; a parada não programada, em função de uma interrupção no fornecimento de energia que afetou as plantas do Nordeste; entre outros fatores, afetaram negativamente o desempenho operacional da Companhia.

Nos Estados Unidos, a Braskem adquiriu e integrou uma separadora de propeno (splitter) à sua unidade

de Marcus Hook, na Pensilvânia, que pertencia à Sunoco Chemicals. A compra da splitter viabilizou uma solução de longo prazo para o suprimento de propeno para a unidade, uma vez que no inicio do ano, a Sunoco comunicou oficialmente sua decisão de desativar a sua refinaria e encerrar o fornecimento da matéria-prima. A decisão de suspender o fornecimento à Braskem levou a Sunoco a pagar uma indenização no valor de US\$ 130 milhões.

Ainda nos Estados Unidos, a Braskem deu um passo importante na busca da competitividade de suas operações ao consolidar parceria com a Enterprise Products, que fornecerá cerca de 65% do propeno necessário para suas três plantas da região do golfo norte-americano. Além de garantir o fornecimento da matéria-prima por 15 anos, a parceria estabelece obrigação da Enterprise de construir uma unidade de desidrogenação de propano (DHP), que deverá utilizar gás de xisto e outras fontes não tradicionais disponíveis, proporcionando à Braskem acesso às oportunidades do competitivo gás da região. O inicio da operação desta nova planta está previsto para 2015. Adicionalmente, diante do cenário desafiador da indústria global, que levou a uma retração importante na rentabilidade do setor, e alinhada ao compromisso da Companhia com a higidez financeira, a Braskem optou pela alienação de ativos que não eram relacionados à sua atividade principal, concluindo no final de 2012 a venda da Cetrel e da Unidade de Tratamento de Água – UTA de Camaçari à Odebrecht Ambiental, pelo valor de R\$ 652 milhões.

A disciplina na realização dos investimentos, a melhoria de produtividade, o foco na relação com o cliente, a higidez financeira – englobando a venda de ativos não estratégicos, permitiram à Companhia mitigar os impactos da crise global, mantendo seu direcionamento estratégico e sustentando o seu programa de investimentos, lastreados na confiança de recuperação do mercado petroquímico internacional e no crescimento do mercado doméstico em médio e longo prazos.

A receita bruta totalizou R\$ 42,1 bilhões e a receita líquida R\$ 35,5 bilhões, um crescimento de 8% e 9%, respectivamente, na comparação com 2011, influenciadas pelos maiores volumes de venda e depreciação do real, que compensaram a redução dos preços médios praticados no mercado internacional.

O EBITDA atingiu R\$ 4,0 bilhões, que representa alta de 6% sobre o ano anterior, apesar da redução dos spreads médios dos produtos petroquímicos ao longo de 2012. Esse EBITDA inclui impacto positivo de R\$ 860 milhões de itens não recorrentes com destaque para o recebimento de indenização de um dos contratos de fornecimento para uma das plantas nos Estados Unidos, desconto recebido com a antecipação de pagamento de tributos parcelados (Refis) e a venda de ativos não estratégicos.

O resultado líquido da Braskem foi um prejuízo de R\$ 738 milhões, explicado pela desvalorização cambial de 9% no período, que impactou negativamente o resultado financeiro em R\$ 1.675 milhões. É importante ressaltar que este efeito não tem impacto imediato sobre o caixa da Companhia, uma vez que representa o efeito contábil da variação cambial, principalmente sobre o endividamento da Braskem, e será desembolsado por ocasião do vencimento da dívida, que possui prazo médio de 15 anos.

Os comentários dos diretores sobre as perspectivas para as operações da Companhia estão relatados abaixo:

O enfraquecimento da recuperação global levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a revisar para baixo a previsão de expansão do PIB mundial para 2013, ficando em torno de 3,6%. Os fatores de risco continuam associados ao desempenho das economias da zona do Euro e norte-americana, e sua influência no crescimento dos mercados emergentes.

Em resposta a este ambiente externo adverso, o governo brasileiro reforçou as medidas de estímulo à economia doméstica, prorrogando, por exemplo, o IPI reduzido para os setores automotivo, linha branca e móveis, e o programa Reintegra. Também adotou medidas que visam melhorar a competitividade e fomentar a indústria nacional, como a desoneração da folha de pagamentos e a redução dos custos de energia. Nesse cenário, a expectativa é de uma alta do PIB brasileiro em torno de 3%. O contínuo bom desempenho do mercado de trabalho e os investimentos associados aos preparativos para a copa do mundo e olimpíadas também são fatores positivos, e que poderão refletir numa maior demanda por produtos plásticos.

No que tange ao mercado de commodities, a contínua volatilidade dos preços de petróleo, decorrente das incertezas do cenário atual, tem impactado o preço da nafta, principal matéria-prima utilizada pela indústria petroquímica. Apesar da expectativa de melhoria de demanda, em linha com a tendência de crescimento da economia global, o cenário ainda é de cautela e de baixa previsibilidade. No médio e longo prazos, o crescimento da demanda deverá ser superior à oferta, levando assim à melhoria do ciclo petroquímico.

A estratégia da Companhia, nesse cenário, permanece pautada no fortalecimento do seu negócio e na elevação de sua competitividade, através: (i) do continuo aprofundamento da parceria com seus Clientes, com consequente ampliação de market share no mercado local; (ii) do apoio ao desenvolvimento da cadeia petroquímica e de plásticos brasileira, com foco em inovação e tecnologia; (iii) da busca pela eficiência operacional com a manutenção de altas taxas de operação e redução de custos fixos; (iv) da captura da criação de valor das capacidades adicionais de PVC e butadieno; (v) da diversificação de sua matriz de matéria-prima, pelo avanço do projeto Etileno XXI (México) e pelos novos contratos nos EUA; e (vi) da manutenção de sua higidez financeira.

Em relação às suas operações, está prevista uma parada programada de manutenção em um de seus crackers para 2013: (i) no último trimestre, uma das linhas da unidade de Camaçari deixará de operar por cerca de 30 dias. O planejamento de produção para o ano deve compensar parcialmente os meses destas paradas de manutenção, e o nível de operação dos crackers da Braskem deverá ficar próximo de 90%.

A Braskem segue com seu compromisso de crescimento e desenvolvimento sustentável, e continuará a agir proativamente em busca das melhores oportunidades, visando à criação de valor para seus Clientes, Acionistas e toda a sociedade, aumentando a competitividade em toda a cadeia produtiva da petroquímica e dos plásticos, sem perder o foco na disciplina financeira.

(b) Comentários sobre variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Como os preços dos principais produtos da Companhia são baseados em referências internacionais em dólar, os preços da Companhia oscilam por conta da variação destas referências internacionais, bem como das variações da taxa de câmbio. Desta forma, os impactos de preços e taxa de câmbio devem ser analisados em conjunto. Para a análise das alterações de volumes, os diretores da Companhia segregaram as informações entre resinas termoplásticas e petroquímicos básicos, de forma a facilitar o entendimento quanto ao comportamento de cada um dos segmentos.

A receita bruta consolidada da Braskem em 2012 foi de R\$ 42,1 bilhões, 8% superior a apresentada em 2011, que foi de R\$ 38,9 bilhões. Em dólares, a receita atingiu US\$ 21,6 bilhões, uma redução de 9% quando comparado aos US\$ 23,8 bilhões do ano anterior.

Da mesma forma, a receita líquida consolidada da Companhia foi de R\$ 35,5 bilhões, um crescimento de 9% sobre a receita de R\$ 32,5 bilhões registrada em 2011, positivamente influenciada pelo maior volume de venda de resinas e petroquímicos básicos, e pela apreciação média do dólar em 17% no período. Em dólares, a receita líquida alcançou US\$ 18,2 bilhões, 6% inferior a apresentada no ano anterior, refletindo os menores preços de resinas e principais petroquímicos básicos no mercado internacional.

A receita com exportações em 2012 foi de US\$ 8,0 bilhões, queda de 5% em relação à receita de 2011, influenciada, principalmente, pelo menor preço de PP norte-americano e volume de revenda.

Desempenho das Resinas Termoplásticas

Em 2012 o mercado brasileiro de resinas termoplásticas apresentou alta de 2% em relação ao ano anterior, atingindo cerca de 5,0 milhões de toneladas. A demanda foi afetada, principalmente, pela contínua desaceleração da economia local que, apesar dos incentivos do governo brasileiro, ainda não havia apresentado o crescimento esperado.

Apesar do cenário, a Braskem manteve-se em linha com sua estratégia de crescimento e comprometimento com o mercado brasileiro, e suas vendas totalizaram 3,5 milhões de toneladas, uma alta de 10% na comparação com o ano anterior. Com isso, a Companhia expandiu seu market share em relação ao material importado e encerrou o ano com uma participação de 70% no mercado local.

Poliolefinas

A demanda brasileira por Poliolefinas (PE e PP) foi de 3,8 milhões de toneladas, 2% superior a 2011. As vendas da Braskem, por sua vez, subiram 8% e totalizaram 2,9 milhões de toneladas, levando à expansão de 5 p.p. em seu market share, que foi de 76% no ano.

No mercado externo, as vendas da Companhia apresentaram queda de 2%, refletindo, principalmente, o redirecionamento das vendas para o mercado brasileiro e o fraco desempenho da economia global.

A alta das vendas foi sustentada pelo maior volume de produção, 4,2 milhões de toneladas, 6% superior

a 2011, ano em que o desempenho operacional da Companhia foi afetado por paradas programadas e não programadas ("apagão" que afetou os ativos localizados no nordeste).

Desempenho (t) POLIOLEFINAS	2012 (A)	2011 (B)	Var. (%) (A)/(B)
Vendas Mercado Interno			
PE's	1.668.171	1.524.933	9
PP	1.233.338	1.149.814	7
Total MI	2.901.509	2.674.747	8
Vendas Mercado Externo			
PE's	861.834	881.762	(2)
PP	415.494	421.647	(1)
Total ME	1.277.328	1.303.409	(2)
Vendas Totais			
PE's	2.530.005	2.406.695	5
PP	1.648.832	1.571.461	5
Total Vendas	4.178.837	3.978.156	5
Produção			
PE's	2.539.476	2.391.136	6
PP	1.646.619	1.565.493	5
Total Produção	4.186.095	3.956.628	6

Vinílicos

Em 2012, a demanda brasileira por PVC foi 1% superior ao ano anterior, totalizando 1,1 milhão de toneladas. As vendas da Braskem somaram 561 mil toneladas, uma alta de 16% na comparação com 2011, em resposta ao início da nova planta de PVC, localizada em Alagoas.

No caso da soda líquida, as vendas da Companhia atingiram 464 mil toneladas, uma alta de 12%, explicada pelo maior volume de produção, que havia sido afetado em 2011 por paradas programadas e não programadas.

Desempenho (t)	2012	2011	Var. (%)
VINÍLICOS	(A)	(B)	(A)/(B)
Vendas Mercado Interno			
PVC	560.924	483.995	16
Soda Líquida	464.052	414.996	12
Produção			
PVC	497.366	438.895	13
Soda Líquida	450.589	366.923	23

Desempenho de Petroquímicos Básicos

Em um ano sem paradas programadas de manutenção, a produção de eteno atingiu 3,3 milhões de toneladas, uma alta de 7% em relação a 2011. A taxa média de operação dos crackers foi de 89%.

Nesse cenário, as vendas totais de eteno e propeno no ano tiveram alta de 7% em relação ao ano anterior, totalizando 935 mil toneladas. No caso de BTX e butadieno, as vendas cresceram 8% e 15%, respectivamente; sendo que, no caso do butadieno, o maior volume de vendas também é explicado pela entrada em operação da sua expansão de 100 mil toneladas em junho de 2012.

Desempenho (t) PETROQUÍMICOS BÁSICOS	2012 (A)	2011 (B)	Var. (%) (A)/(B)
Produção			
Eteno	3.329.758	3.119.158	7
Propeno	1.472.488	1.411.098	4
Butadieno	355.703	314.534	13
BTX*	1.246.517	1.165.437	7

BTX* - Benzeno, Tolueno, Paraxileno e Ortoxileno

Desempenho (t) PETROQUÍMICOS BÁSICOS	2012 (A)	2011 (B)	Var. (%) (A)/(B)
Vendas Totais			
Eteno/Propeno	934.640	872.313	7
Butadieno	357.001	311.542	15
BTX*	1.059.479	983.815	8

Desempenho dos Negócios Internacionais

A Unidade de Negócios Internacionais, representada pelas operações nos EUA e Europa, registrou volume de vendas de 1,7 milhão de toneladas de PP, alta de 72% em relação a 2011, explicada pela consolidação das plantas de PP adquiridas e consolidadas a partir do 4T11, e melhor gestão dos ativos. A demanda estimada por PP nos EUA e Alemanha foi de cerca de 9 milhões de toneladas, 2% superior a 2011.

A taxa média de utilização em 2012 foi de 89%, alta de 4 p.p. em relação a 2011, explicada pela melhor gestão operacional, mesmo em um ano com paradas programadas e preventivas em antecipação à passagem do furação Sandy, que atingiu a região da Pensilvânia no último trimestre do ano.

Desempenho (t) NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	2012 (A)	2011 (B)	Var. (%) (A)/(B)
Vendas			
PP	1.744.104	1.016.823	72
Produção			
PP	1.756.732	1.010.183	74

(c) Comentários sobre o impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Assim como o preço de venda dos principais produtos, o custo de aquisição da Nafta, principal insumo dos produtos da Companhia, também é baseado em referência internacional em dólar, ficando o preço deste insumo sujeito à variação da referência internacional e às variações da taxa de câmbio.

O custo dos produtos vendidos ("CPV") da Braskem em 2012 totalizou R\$ 32,2 bilhões, 12% superior ao CPV apurado no ano anterior, explicado pelo maior volume de venda de resinas e petroquímicos básicos e pela apreciação média de 17% do dólar, entre os períodos, com um impacto negativo de R\$ 4.478 milhões.

O preço médio da nafta ARA em 2012, referência para o fornecimento doméstico (média móvel dos últimos 3 meses) foi de US\$ 925/t, praticamente em linha com o apresentado em 2011, US\$ 920/t. Cerca de 70% da nafta consumida pela Braskem é proveniente da Petrobras, sendo o restante importado diretamente de fornecedores de países do norte da África, da Argentina, do México e da Venezuela.

Em relação ao preço médio do gás, o etano e propano de referência Monte Belvieu apresentaram queda de 48% e 31% em relação a 2011, atingindo US\$ 40 cts/gal (US\$ 295/ton) e US\$ 100 cts/gal (US\$ 523/ton), respectivamente, influenciados pela maior disponibilidade de produto. No caso do propeno de referência USG, o preço médio em 2012 foi de US\$ 1.332/t, 20% inferior, influenciado pela maior oferta em função da elevação da taxa de utilização das refinarias norte-americanas.

Em 2012 as Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas contabilizaram R\$ 2,1 bilhões, uma alta de 13% quando comparadas a 2011.

As **Despesas com Vendas** totalizaram R\$ 968 milhões, um crescimento de 21% em relação ao ano anterior, explicado (i) pelo maior volume de vendas, e consequente aumento de gastos de distribuição e armazenagem; e (ii) pela consolidação dos ativos de PP nos Estados Unidos e Europa, adquiridos ao final de 2011.

As **Despesas Gerais e Administrativas** montaram R\$ 1,1 bilhão, 7% acima das despesas apresentadas em 2011. Os principais fatores foram (i) a reestruturação da Braskem Europa em decorrência da aquisição dos ativos de PP, conforme previsto no momento da aquisição; (ii) os gastos extraordinários com publicidade, a exemplo do patrocínio da Rio+20 e da campanha de comemoração de 10 anos da Braskem; e (iii) o incremento nos gastos com pessoal (dissídio) no final de 2012, com retroatividade a data base de setembro nas unidades de Alagoas, Bahia e Rio de Janeiro.

Em 2012, o EBITDA consolidado da Braskem atingiu R\$ 4,0 bilhões, um crescimento de 6% em relação ao ano anterior, com uma margem ex-revenda de nafta de 11,9%. Em dólares, o EBITDA foi de US\$ 2,0 bilhões, uma queda de 11% em relação a 2011. O maior volume de vendas não foi suficiente para anular a redução dos spreads de resinas termoplásticas (65% PE (EUA), 25% PP (Ásia) e 10% PVC (Ásia)) e petroquímicos básicos (80% Eteno e propeno, 20% BTX – base Europa), que seguiram em linha com o mercado internacional, que apresentou queda de 21% e 7%.

Todavia, diante deste cenário de retração decorrente da crise global, a Companhia foi diligente na busca adicional por resultado: (i) com recebimento de R\$ 264 milhões referente ao ajuste e reconhecimento da indenização pela suspensão do fornecimento de propeno para a planta de Marcus Hook, (US\$ 130 milhões); (ii) pela obtenção de desconto de R\$ 80 milhões decorrente da antecipação do pagamento do Refis no 2T12; (iii) alienou os ativos, Unidade de Tratamento de Água e participação detida na Cetrel, que não eram focos de atuação, adicionando ao resultado R\$ 409 milhões; e (iv) realizou a venda dos railcars da Braskem America, com impacto positivo de R\$ 107 milhões, uniformizando a pratica do leasing para esse ativo com vantagens econômicas. Excluindo-se esses efeitos extraordinários, o EBITDA da Braskem foi de R\$ 3,1 bilhões, com margem ex-revenda de 9,3%, 17% inferior ao EBITDA de R\$ 3,7 bilhões de 2011, fortemente impactado pela contração dos spreads internacionais.

O resultado financeiro líquido apresentado em 2012 foi uma despesa de R\$ 3.372 milhões, comparado a uma despesa de R\$ 2.787 milhões no ano anterior. Essa variação é explicada, principalmente, pela apreciação do dólar perante o real de 9% no período, que impactou negativamente o resultado em R\$ 1.675 milhões. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa de câmbio Real/Dólar final era de R\$ 2,0435/US\$ 1.00

A Braskem possui exposição líquida ao dólar (passivos atrelados a esta moeda maiores que os ativos), portanto qualquer mudança de comportamento do câmbio afeta o resultado financeiro contábil. Em 31 de dezembro de 2012, essa exposição era composta (i) na operação, por 63% de fornecedores, parcialmente compensados por 70% do contas a receber; e (ii) na estrutura de capital, por 69% da dívida líquida. Uma vez que a geração operacional de caixa é fortemente dolarizada, a manutenção desta exposição liquida passiva em dólar está em "compliance" com a Política de Gestão Financeira. Praticamente 100% da receita está vinculada, direta ou indiretamente, à variação do dólar e cerca de 80% dos seus custos também estão atrelados a esta moeda.

É importante ressaltar que o efeito da variação cambial, negativo em R\$ 1.675 milhões em 2012, não tem impacto direto sobre o caixa da Companhia no curto prazo. Esse valor representa o efeito contábil da variação cambial, principalmente sobre o endividamento da Companhia, e só será desembolsado por ocasião do vencimento da dívida, que tem prazo médio total de 15 anos. A dívida atrelada ao dólar tem prazo médio de 20 anos.

Excluindo-se os efeitos da variação cambial e monetária, o resultado financeiro líquido em 2012 apresentou uma despesa de R\$ 1.463 milhões, um aumento de R\$ 149 milhões em relação à despesa do ano anterior, explicado, principalmente, pela alteração do prazo de pagamento da matéria-prima no mercado local.

Em 2012, a Braskem registrou prejuízo de R\$ 738 milhões. Contribuiu para esse resultado a despesa financeira de R\$ 3.372 milhões, influenciada pela depreciação do real, que acabou por anular o resultado operacional do período.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

- 10.3 Comentários dos diretores sobre os efeitos relevantes que determinados eventos tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados
- (a) Comentários sobre os efeitos relevantes que a introdução ou a alienação de segmento operacional tenha causado ou venha a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados
- Em 2012, a Companhia não introduziu ou alienou segmento operacional que tenha causado ou se espera que venha a causar efeitos relevantes nas suas demonstrações financeiras e em seus resultados, no entanto, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram afetadas pela desconsolidação da Cetrel e da Distribuidora de Águas de Camaçari (Braskem Distribuidora), em decorrência das suas alienações em dezembro de 2012, e da Quantiq, ativo em processo de venda.
- (b) Comentários sobre os efeitos relevantes que a constituição, a aquisição ou a alienação de participação societária tenha causado ou venha a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

Em relação à aquisição dos ativos de PP da Dow, ocorrida em 2011, a Braskem identificou sinergias de US\$ 27,5 milhões em EBITDA anual e recorrente, a serem integralmente capturadas até 2014. Em 2012, os ganhos capturados foram de US\$ 17 milhões, US\$ 3 milhões acima da estimativa inicial, influenciado pelo melhor mix de produção.

(c) Comentários sobre os efeitos relevantes que eventos ou operações não usuais tenham causado ou venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

Em 2012, as seguintes operações não recorrentes impactaram as demonstrações financeiras da Braskem:

- Ganho pelo recebimento de indenização prevista em contrato celebrado entre a Sunoco e a Braskem America, no montante de R\$ 235.962;
- ganho com a redução do saldo do programa de parcelamento da Lei 11.941/09, no montante de R\$ 80.496;
- resultado positivo na venda de "rail cars" da controlada Braskem America, no montante de R\$ 106.979.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Comentários dos diretores sobre questões contábeis

(a) Comentários sobre mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudança significativa nas práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras de 2012 e 2011.

(b) Comentários sobre os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conforme comentado no item anterior, não houve mudança significativa nas práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras de 2012 e 2011.

(c) Comentários sobre ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ressalvas:

Não há ressalvas nos pareceres dos auditores independentes referentes aos exercícios sociais de 2012, 2011 e 2010.

Ênfases:

2012, 2011 e 2010

A ênfase constante no parecer dos auditores independentes relativo aos exercícios de 2012, 2011 e 2010 refere-se às demonstrações financeiras individuais que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem do IFRS, aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, em relação à avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas. Nas demonstrações da controladora esses investimentos estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e para fins de IFRS, essa avaliação é feita pelo método de custo ou valor justo.

10.5 - Identificação e comentários sobre políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Estimativas e julgamentos críticos

São consideras críticas e passíveis de julgamentos, estimativas e premissas sobre certas variáveis que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotadas variáveis e premissas derivadas da experiência dos administradores na condução dos negócios, de informações de consultores especializados bem como outros fatores razoáveis e relevantes. As práticas contábeis consideradas de maior complexidade estão comentadas a seguir.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores; e (iv) valores do ativo e do passivo decorrentes de combinação de negócios, que serão tratados como despesa ou receita no futuro e que não impactarão o cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essa informação está contida no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração no final do 2º semestre. A Diretoria é responsável pela elaboração desse plano e suas principais variáveis, como o preço dos produtos fabricados pela Companhia, o preço da nafta, a variação cambial, a taxa de juros, a taxa de inflação e o início de operação de novas plantas são obtidas de consultores externos especializados. . Se essa projeção indicar que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver o tributo diferido, então é feita a baixa correspondente à parcela do ativo que não será recuperada.

Planos de pensão de benefício definido

A obrigação com planos de benefícios definidos e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, são definidos através das seguintes práticas:

- (i) o custo do plano é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e as melhores estimativas da administradora do plano e da Companhia, relacionadas à performance esperada dos investimentos do plano, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e taxa de descontos; e
 - (ii) os ativos do plano são avaliados a valor justo.

A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é a combinação da estimativa da taxa de juros de mercado e a inflação anual.

Adicionalmente, os consultores atuariais, apoiados pela administradora do plano, também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas nos planos da Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados pelo seu valor justo na data das demonstrações financeiras, tendo como principais fontes de dados as bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros, divulgações do Banco Central do Brasil e serviços de cotações, a exemplo de Bloomberg e Reuters. Deve-se ressaltar que a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor justo dos swaps e outros instrumentos financeiros. O valor justo reconhecido nass demonstrações financeiras pode não necessariamente representar o montante de caixa seria recebido ou pago no momento da liquidação das operações.

Os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e de títulos não listados em bolsa de valores não estiver ativo, o valor justo é mensurado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da Companhia.

Vida útil de ativos

A depreciação e a exaustão dos ativos de longa duração é definida com base na estimativa da vida útil dos bens elaborada por peritos independentes e referendada pelos técnicos da Companhia considerando a experiência desses profissionais na gestão das plantas da Braskem. Essas vidas úteis são revisitadas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas. Em dezembro de 2012, essa análise concluiu pela manutenção, em 2013, das vidas úteis aplicadas em 2011 e 2012.

Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem as plantas industriais da Companhia são as informações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, o volume de operação das plantas, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens.

Também são consideradas as seguintes definições quanto à depreciação dos ativos: (i) a depreciação deve cobrir o total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores absolutamente imateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida.

Valorização de ativos e passivos em combinações de negócios

Segundo a norma contábil aplicável, a valorização dos ativos adquiridos e passivos assumidos, de ser baseada nos valores justos estimados na data de aquisição.

Julgamentos significativos são inerentes ao processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, mensuração de tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. O uso das premissas utilizadas para avaliação dos ativos e passivos adquiridos inclui estimativa de fluxos de caixa descontados ou taxas de desconto que podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Normalmente, são contratadas empresas especializadas para avaliar o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos.

Se os resultados futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

Teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis

(a) Ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

Na data de cada demonstração financeira, é feita uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos tangíveis de longa duração e dos intangíveis com vida útil definida não será recuperável. Essa análise leva em conta as seguintes variáveis relevantes para elaboração do Plano de Negócios: (i) evolução do Produto Interno Bruto Industrial; (ii) preço da nafta; (iii) evolução do Produto Interno Bruto do Brasil; (iv) inflação; e (v) taxas de câmbio. Para estimar essas variáveis e projetar cenários, são utilizadas informações de consultores especializados.

Quando é detectada alguma evidência de que o valor dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil

definida não será recuperado, é feito o confronto do valor desses ativos com o respectivo valor em uso. Para esse teste, é utilizado o fluxo de caixa que é elaborado a partir do Plano de Negócios. Os ativos são alocados às Unidades Geradoras de Caixa ("UGC's") da seguinte forma:

Segmento operacional de Petroquímicos básicos:

- UGC UNIB Bahia: representada pelos ativos das plantas de insumos básicos localizadas no estado da Bahia;
- UGC UNIB Sul: representada pelos ativos das plantas de insumos básicos localizadas no estado do Rio Grande do Sul:
- UGC UNIB Sudeste: representada pelos ativos das plantas de insumos básicos localizadas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo;

Segmento operacional de Poliolefinas:

- UGC Polietileno: representada pelos ativos das plantas de polietileno localizadas no Brasil;
- UGC Polipropileno: representada pelos ativos das plantas de polipropileno localizadas no Brasil;
- UGC Renováveis: representada pela planta de PE Verde localizada no Brasil;

Segmento operacional de Vinílicos:

- UGC Vinílicos: representada pelos ativos das plantas de PVC e cloro soda (CS) localizadas no Brasil; Segmento operacional de Negócios internacionais:
- UGC PP USA: representada pelos ativos das plantas de PP localizadas nos Estados Unidos;
- UGC PP Alemanha: representada pelos ativos das plantas de PP localizadas na Alemanha;
- (b) Ágios fundamentos em rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

Existindo ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos dos ágios de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade, pelo menos na data das demonstrações financeiras.

Para fins desse teste, os ágios existentes são alocados na UGC UNIB Sul e nos segmentos operacionais de Poliolefinas e Vinílicos. A alocação do ágio ao segmento de Poliolefinas se justifica pela forma como ele é gerido internamente. O ágio existente foi gerado em uma combinação de negócio que resultou na aquisição simultânea de plantas de PP e PE. As principais matérias primas dessas plantas eram fornecidas pela Braskem, o que propiciou a captura de relevantes sinergias na operação. Essas sinergias foram um dos principais impulsionadores daquela aquisição. Por esse fato, a avaliação acerca da recuperabilidade deste ágio e de outros ativos é feita no âmbito do segmento operacional, uma vez que os benefícios da sinergia são associados a todas as unidades adquiridas.

Provisões e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A classificação dos processos judiciais e administrativos contra a Companhia em termos da probabilidade de perda é feita com o apoio de assessores jurídicos externos da seguinte forma:

Perda provável – são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos é feita uma provisão contábil que é apurada da seguinte forma:

- (i) na liquidação dos processos dessa natureza;
- (ii) processos tributários o valor provisionado corresponde a 100% do valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic, índice informado pelo

Banco Central do Brasil;

(iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa.

Perda possível – são processos onde a possibilidade de perda não é remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, ressalvados os casos de combinação de negócios, não se não faz provisão e sim destaque em nota explicativa para os casos de maior relevância. Nas operações de combinação de negócios, atendendo a norma contábil, é feito o registro contábil do valor justo dos processos com essa avaliação de perda. O valor provisionado corresponde ao valor da causa, acrescido de encargos correspondentes à variação da Selic, multiplicado pelo percentual de probabilidade de perda.

Perda remota – são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiências e recomendações presentes no relatório do auditor.

(a) Relatório da Administração sobre controles internos sobre as demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia, incluindo o diretor-presidente (CEO) e o diretor-financeiro (CFO), é responsável por estabelecer e manter controles internos adequados relacionados às demonstrações contábeis, tal como definido no artigo 13a-15 (f) da Regra "Exchange Act" dos Estados Unidos da América ("Exchange Act").

Os controles internos de uma companhia relacionados às demonstrações contábeis são processos desenvolvidos para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade e à elaboração das demonstrações contábeis para fins externos de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – "IFRS", emitidas pelo International Accounting Standards Board – "IASB". Os controles internos da Companhia sobre as demonstrações contábeis incluem as políticas e os procedimentos que (i) dizem respeito à manutenção de registros que, em detalhes razoáveis, refletem precisa e adequadamente as transações e a destinação dos ativos da companhia, (ii) proporcionam conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – "IFRS", e que os recebimentos e pagamentos da Companhia são efetuados somente de acordo com autorizações da Administração e dos conselheiros da Companhia, e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.

Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos sobre as demonstrações contábeis podem não impedir ou não detectar erros. Da mesma forma, projeções de uma avaliação da eficácia do controle interno para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles venham a se tornar inadequados por causa de mudanças nas condições, ou que o grau de adesão às políticas e aos procedimentos venha a se deteriorar.

A Administração da Companhia avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012, de acordo com os critérios estabelecidos na norma Internal Control - Integrated Framework (Controles Internos - Um Modelo Integrado), emitida pelo Comitê Patrocinador das Organizações de Comissão do Comércio - COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), e, com base nesses critérios, a Administração da Companhia concluiu que, em 31 de dezembro de 2012, os controles internos da Companhia sobre as demonstrações contábeis são efetivos.

(b) Comentários sobre deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Considerando os trabalhos realizados pelos auditores independentes para avaliar a estrutura de controles internos, que tem como objetivo garantir a adequação das demonstrações financeiras, os Diretores da Companhia não tem conhecimento de fatos ou aspectos que possam indicar a presença de deficiências significativas ou fraquezas materiais nos controles internos sobre a divulgação das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Comentários dos diretores sobre eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários

Nos exercícios de 2012, 2011 e de 2010, a Companhia não realizou qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia (off balance sheet items)

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia.

PÁGINA: 38 de 39

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Informações sobre os itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8

Conforme apontado no item 10.8 deste Formulário, não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia.

PÁGINA: 39 de 39